

**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

Diego Teixeira Coutinho

DESAFIOS NA GESTÃO DO CAPITAL DE GIRO DE PEQUENAS EMPRESAS:
Estudo de caso de uma empresa optante pelo Simples Nacional.

**Belo Horizonte
2026**

Diego Teixeira Coutinho

DESAFIOS NA GESTÃO DO CAPITAL DE GIRO DE PEQUENAS EMPRESAS:
Estudo de caso de uma empresa optante pelo Simples Nacional.

Trabalho apresentado no Curso de Graduação em Administração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais como requisito parcial para aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso 2.

Profa. Orientadora: Dra Camila Teresa Martucheli

Belo Horizonte
2026

C871d	Coutinho, Diego Teixeira Desafios na gestão do capital de giro de pequenas empresas: estudo de caso de uma empresa optante pelo Simples Nacional / Diego Teixeira Coutinho. – 2026. 64 f. Trabalho de conclusão de curso apresentado no curso de graduação do Programa de Graduação em Administração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. Orientadora: Camila Teresa Martucheli. Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas. 1. Empresas – Teses. 2. Capital de giro – Teses. 3. Liquidez (Economia) – Teses. 4. Prazos (Direito) – Teses. 5. Controle de estoque – Teses. I. Martucheli, Camila Teresa. II. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. III. Título. CDD 658.1592
-------	--

Elaboração da ficha catalográfica pela bibliotecária Jane Marangon Duarte, CRB 6ª 1592 / Cefet/MG



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS
GERAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - NG



ATA Nº 22 / 2026 - DCSA (11.56.04)

Nº do Protocolo: 23062.033160/2026-53

Belo Horizonte-MG, 25 de junho de 2026.

ATA DE DEFESA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

No dia 19/06/2026, às 16 horas, em sala virtual da plataforma "Conferência Web" – Rede Nacional de Pesquisa (<https://conferenciaweb.rnp.br/sala/camila-teresa-martucheli-2>), reuniram-se os professores Camila Teresa Martucheli (Orientador e Presidente da Banca), Hermes Augusto de Oliveira Rabelo (Membro I) e Pedro Augusto Alvim Sabino (Membro II), para participarem da banca de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado Desafios na gestão do capital de giro de pequenas empresas: Estudo de caso de uma empresa optante pelo Simples Nacional de autoria do(a) aluno(a), Diego Teixeira Coutinho como requisito parcial para aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II. Após a apresentação do trabalho, o aluno foi arguido pelos membros da banca. A banca de avaliação reuniu-se para deliberar e, considerando que o trabalho atende aos requisitos técnicos e acadêmicos, o aluno foi considerado aprovado. Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Banca declarou encerrada a sessão. Para constar, foi lavrada esta ata que será assinada pelo Presidente e demais membros da Banca Examinadora.

Banca Examinadora:

(Assinado digitalmente em 25/06/2026 21:40)
CAMILA TERESA MARTUCHELI
PROF ENS BAS TEC TECNOLÓGICO-SUBSTITUTO
DCSA (11.56.04)
Matrícula: 3471426

(Assinado digitalmente em 26/06/2026 08:23)
HERMES AUGUSTO OLIVEIRA RABELO
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLÓGICO
CIFG (11.51.04)
Matrícula: 2975841

(Assinado digitalmente em 25/06/2026 22:39)
PEDRO AUGUSTO ALVIM SABINO
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLÓGICO
DCSA (11.56.04)
Matrícula: 1201953

Visualize o documento original em <https://sig.cefetmg.br/public/documentos/index.jsp>
informando seu número: 22, ano: 2026, tipo: ATA, data de emissão: 25/06/2026 e o código de
verificação: 7747f3720c

Dedico este trabalho ao meu pai, que me motivou no ingresso deste curso, cujo a profissão e a oportunidade profissional a mim concedida inspiraram a definição do tema deste trabalho e possibilitaram sua construção.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, por ter salvado a minha vida, guiado meu caminho até aqui e sempre estar comigo.

À minha noiva, Amanda, por estar comigo em todos os momentos, me apoiando, cuidando e me motivando a ser alguém melhor.

Aos meus pais, Adilson e Vânia, sem os quais não me tornaria quem sou hoje e a quem devo toda a gratidão.

Aos meus amigos, que conheci durante esta formação e que me ajudaram durante todo o processo, seria muito mais difícil sem eles: Bruna, Carlos, Cezar, Heber, Jussara, Lucas A., Lucas M., Pedro.

À Prof^a. Dra. Camila Teresa Martucheli, que me deu todo o apoio na jornada de construção deste trabalho e a quem tive a honra de conhecer.

À instituição Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, ao qual sou grato pelo comprometimento com a formação de verdadeiros profissionais. Sou grato pela honra de ter estudado nesta instituição.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Total de Empresas por porte	15
Figura 2 – Participação das micro e pequenas empresas no PIB brasileiro	18
Figura 3 – Massa de remuneração dos empregados por porte do estabelecimento (agregado). Brasil – 2022 (em bilhões de R\$).....	24

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Indicadores e fórmulas	31
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Indicadores de liquidez	35
Tabela 2 – DRE: comparativo entre 2021 e 2022.....	39
Tabela 3 – DRE: Receitas e despesas financeiras.....	39
Tabela 4 – DRE: Outras despesas e receitas operacionais	40
Tabela 5 – DRE: comparativo entre 2023 e 2024.....	40
Tabela 6 – Indicadores de Prazos Médios e Atividade	42
Tabela 7 – Modelo Dinâmico	45
Tabela 8 – Empréstimos, Despesas financeiras e Saldo de tesouraria.....	48
Tabela 10 – Resultado Bruto: comparativo entre 2021 e 2022.....	49

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Análise Vertical: Disponível e Estoques	36
Gráfico 2 – Indicador de Endividamento Geral.....	36
Gráfico 3 – Financiamento do Capital de Giro.....	37
Gráfico 4 – Rentabilidade no Período	38
Gráfico 5 – Comparativo PMRV e PMPC (Em dias).....	41
Gráfico 6 – PMRV, PMRE e Ciclo Operacional (Em dias)	43
Gráfico 7 – Giro do Estoque (Anual)	43
Gráfico 8 – Capital Circulante Líquido	44
Gráfico 9 – Necessidade de Capital de Giro	46
Gráfico 10 – Ciclo Financeiro	47
Gráfico 11 – Efeito Tesoura.....	50
Gráfico 12 – Comparativo entre NTFP e PL.....	51

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AF	Administração Financeira
ASN	Agência Sebrae de Notícias
BP	Balanço Patrimonial
CCL	Capital Circulante Líquido
CDG	Capital de Giro
CF	Ciclo Financeiro
CO	Ciclo Operacional
CPP	Contribuição Previdenciária Patronal
CSLL	Contribuição Social sobre Lucro Líquido
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
EPPs	Empresas de Pequeno Porte
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPJ	Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica
ISS	Imposto sobre Serviços
LEC	Lote Econômico de Compras
ME	Microempresa
MEI	Microempreendedor Individual
MEs	Microempresas
MGE	Média e Grande Empresa
MPEs	Micro e Pequenas Empresas
NCG	Necessidade de Capital de Giro
NTFP	Necessidade Total de Financiamento Permanente
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social
PL	Patrimônio Líquido
PMPC	Prazo Médio de Pagamento de Compras
PMRE	Prazo Médio de Renovação de Estoques

PMRV	Prazo Médio de Recebimento de Vendas
RFB	Receita Federal do Brasil
ROA	<i>Return on Assets</i> (Retorno do Ativo)
ROE	<i>Return on Equity</i> (Retorno do Patrimônio Líquido)
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

RESUMO

O presente trabalho se trata de um estudo de caso aplicado em uma empresa do setor de comércio de peças para motocicletas e acessórios para motociclistas, com o objetivo de identificar os principais desafios enfrentados relacionados à gestão do capital de giro, sob a perspectiva do modelo tradicional e do modelo dinâmico. Para tal, buscou-se, primeiramente, explicar os conceitos necessários para compreender o contexto econômico da empresa, na sequência foi feita uma análise dos indicadores financeiros calculados com base no Balanço Patrimonial e na Demonstração de Resultados do Exercício. Os dados utilizados foram referentes ao período de 2020 a 2024 e o principal desafio verificado foi o alto volume de recursos concentrados em Estoques, que provocaram uma maior Necessidade de Capital de Giro devido ao alongamento do Prazo de Renovação de Estoques e do Ciclo Financeiro.

Palavras-chave: Micro e Pequenas Empresas; Capital de Giro; Liquidez; Prazos médios; Estoques.

ABSTRACT

This study presents a case study applied to a company in the motorcycle parts and rider accessories retail sector, aiming to identify the main challenges faced regarding working capital management from the perspective of both traditional and dynamic working capital analysis models. To achieve this, the necessary concepts to understand the company's economic context were first explained, followed by an analysis of financial indicators calculated based on the Balance Sheet and the Income Statement. Data from the 2020–2024 period were utilized, and the main challenge identified was the high volume of resources tied up in Inventories. This caused a higher Working Capital Requirement due to the extension of the Days Sales of Inventory (DSI) and the Cash Conversion Cycle.

Keywords: Micro and Small Enterprises; Working Capital; Liquidity; Average Days Outstanding; Inventories.

SUMÁRIO

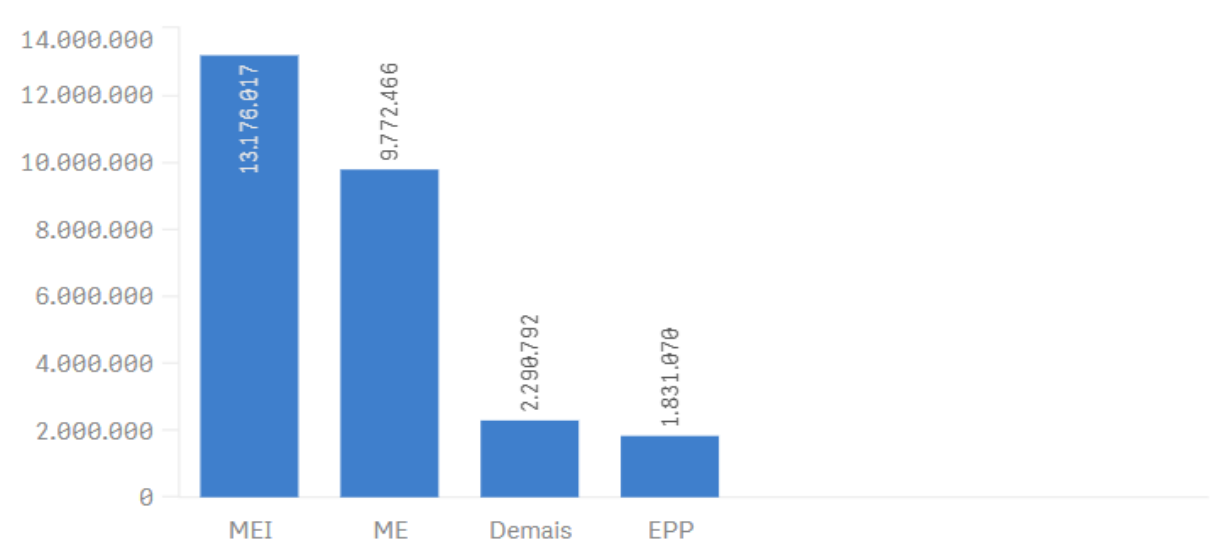
1.	INTRODUÇÃO	15
1.1	Contextualização	15
1.2	Justificativa	17
1.3	Problema de Pesquisa.....	18
1.4	Objetivos de pesquisa	19
1.4.1	Objetivo geral	19
1.4.2	Objetivos específicos	19
2.	REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1	Administração financeira	20
2.2	Abordagens de capital de giro: modelo tradicional e dinâmico.....	21
2.3	Micro e Pequenas Empresas.....	23
2.4	Simplex Nacional	26
2.5	Revisão da literatura.....	27
3.	METODOLOGIA.....	30
4.	ESTUDO DE CASO.....	34
4.1	Contextualização	34
4.2	Situação econômico-financeira da empresa.....	34
4.2.1	Liquidez.....	34
4.2.2	Estrutura de capital.....	36
4.2.3	Rentabilidade	38
4.2.4	Prazos médios e atividade	41
4.2.5	Análise do capital de giro	43
4.2.6	Necessidade de Capital de Giro	45
4.2.7	Saldo em tesouraria	47
4.2.8	Efeito Tesoura	49
4.2.9	Necessidade Total de Financiamento Permanente	50
4.2.10	Desafios identificados	51
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
	REFERÊNCIAS	54
	APÊNDICE A – BALANÇO PATRIMONIAL	59
	APÊNDICE B – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO	60

1. INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A Agência Sebrae de Notícias (2025) publicou uma matéria que demonstrou que as Micro e Pequenas Empresas (MPEs) eram responsáveis por 26,5% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, destacando também que as MPEs representaram um percentual de 97% das empresas ativas no país e 72% dos empregos criados em 2024 (SEBRAE, 2025). Outro estudo realizado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a partir de dados da Receita Federal do Brasil (RFB) e pesquisas de campo realizadas entre 2018 e 2021 (SEBRAE, 2023), constatou que 21,6% das Micro Empresas e 17% das Empresas de Pequeno Porte encerram suas atividades após cinco anos de funcionamento. Desse modo, ao considerar a participação das MPEs na economia e sua taxa de sobrevivência, pode-se dizer que compreender os fatores que impactam na gestão deste tipo de empresa pode auxiliar os gestores desses negócios no desenvolvimento de soluções que visem a permanência dessas organizações no mercado. A figura 1, demonstra a quantidade de empresas ativas em março de 2026, por porte, enfatizando a relevância das Micro e Pequenas Empresas no cenário brasileiro.

Figura 1 – Total de Empresas por porte



Fonte: SEBRAE (2026).

Nesse sentido, o campo de estudo da Administração Financeira compreende os aspectos da gestão financeira das organizações e as atribuições do administrador financeiro, que realiza tarefas financeiras como “planejamento, concessão de crédito a clientes, avaliação de propostas que envolvam grandes desembolsos e captação de fundos para financiar as operações da empresa.” (GITMAN, 2010, p. 4).

Assim, um dos fatores que influencia a Administração Financeira das Micro e Pequenas Empresas é o capital de giro, que “representa a porção do investimento que circula, de uma forma para outra, na condução normal dos negócios.” (GITMAN, 2010, p. 547). O capital de giro é fortemente impactado por incertezas e pode necessitar de especial atenção, pois o acompanhamento das entradas e saídas de caixa pode ser determinante na subsistência das empresas no mercado (FERREIRA et al., 2011).

Nesse sentido, o presente trabalho se trata de um estudo de caso que busca analisar a gestão do capital de giro de uma empresa optante pelo Simples Nacional, que atua no setor de comércio de moto peças e está localizada em Belo Horizonte, Minas Gerais. O estudo se baseia em dois modelos de análise de financeira, sendo o primeiro deles o modelo tradicional e o segundo é o modelo dinâmico. O modelo tradicional baseia-se nas demonstrações contábeis da organização para a realização dos cálculos de índices de liquidez, a fim de se verificar a capacidade da empresa em honrar com seus compromissos no curto prazo (CAVALVANTI; LONGHIN, 2016). Esse modelo também permite a avaliação de um dos principais indicadores para a administração financeira de curto prazo: o capital circulante líquido, chamado de capital de giro líquido, representado pela diferença entre o ativo e o passivo circulante. (MODRO; FAMÁ; PETROKAS, 2012).

O modelo tradicional é interpretado como um modelo que enxerga a realidade financeira da empresa de forma estática, diante disso, o Modelo Dinâmico proposto por Fleuriet surge como uma alternativa que busca levar em consideração a realidade dinâmica das organizações (MODRO; FAMÁ; PETROKAS, 2012).

Assim, o modelo reclassifica as contas do balanço patrimonial da seguinte forma: ativos e passivos cíclicos ou operacionais, ativos e passivos financeiros ou erráticos, e ativos e passivos permanentes ou estratégicos (ASSAF NETO, 2012).

Além dos dois modelos, tradicional e dinâmico, podem ser utilizados indicadores de rentabilidade e de estrutura de capital, de maneira a promover o entendimento da situação financeira da empresa de uma forma mais ampla,

possibilitando a verificação da capacidade da empresa de gerar resultados e a composição dos recursos que financiam sua operação.

A estrutura deste trabalho consiste, em primeiro momento, na apresentação de conceitos relacionados ao problema de pesquisa, sendo eles: capital de giro, Micro e Pequenas Empresas e Simples Nacional. Após o processo de conceituação, busca-se aplicar um estudo de caso em uma Empresa de Pequeno Porte optante pelo Simples Nacional, com o intuito de identificar os desafios financeiros relacionados às contas de curto prazo, por meio da análise do modelo tradicional e do modelo dinâmico de análise do capital de giro.

1.2 JUSTIFICATIVA

Segundo o Boletim do Mapa das Empresas (2025), ferramenta do governo federal que fornece informações sobre os registros de empresas, o terceiro quadrimestre de 2024 terminou com um saldo de 22 milhões de empresas ativas, sem considerar as empresas do Inova Simples. Assim, as microempresas ou empresas de pequeno porte correspondiam ao percentual de 93,4% do total das empresas elencadas (RECEITA FEDERAL, 2024), que em sua maioria, são abrangidas pelo Simples Nacional, representando mais de 20 milhões de empresas em períodos de 2024 (SIMPLES NACIONAL, 2024).

Nesse contexto, a representatividade deste tipo de empresa no país motivou o desenvolvimento deste trabalho, que buscou analisar desafios que podem ser enfrentados por empresários de empresas optantes pelo Simples Nacional, no aspecto da administração financeira de curto prazo, mais especificamente, tratando-se do capital de giro.

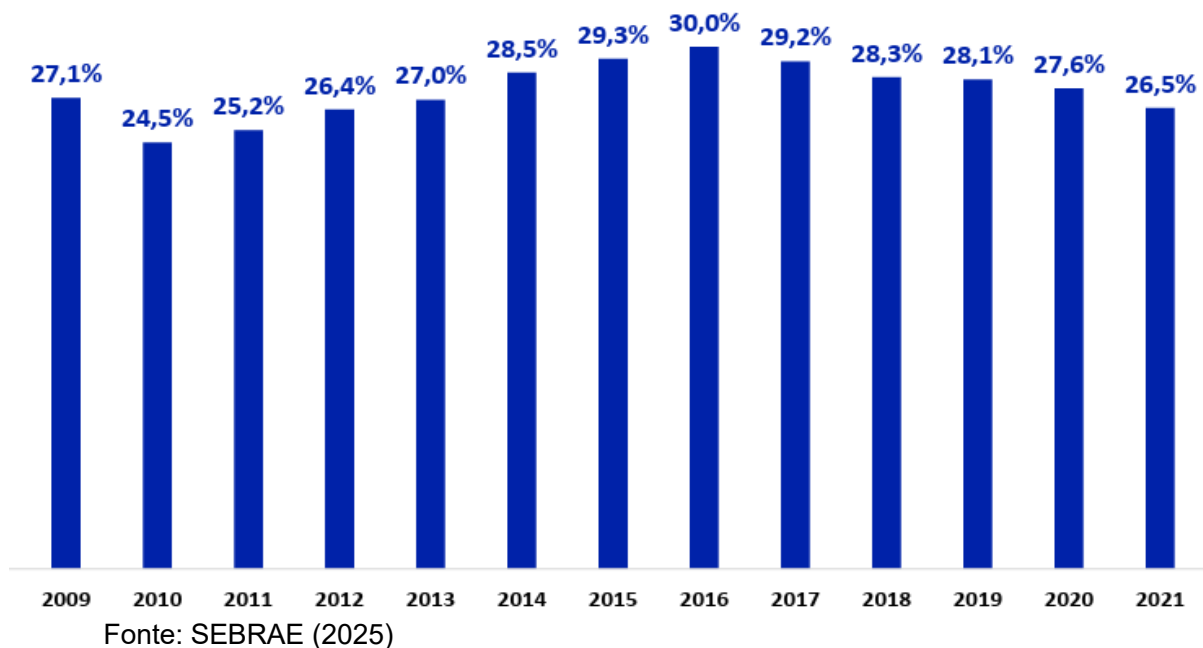
Para Ferreira *et al* (2011), o foco do administrador financeiro da Micro e Pequena empresa deve ser voltado ao capital de giro, pois ele precisa de acompanhamento permanentemente. Ademais, segundo o autor, o segmento das MPEs precisa de especial atenção e passa por problemas financeiros, incluindo o de falta de capital de giro. Nesse sentido, analisar o capital de giro sob uma perspectiva técnica de análise financeira, por meio do modelo tradicional e do modelo dinâmico, pode auxiliar na manutenção dessas empresas na economia, assim, cabe ressaltar que as MPEs estão sujeitas a incertezas, devido ao ambiente econômico no qual estão

inseridas, e a falta de controle dos fluxos de caixa são uma das principais causadoras da morte das empresas no mercado (FERREIRA, *et al.*, 2011).

Espera-se que este trabalho possa contribuir para o desenvolvimento do cenário empresarial brasileiro e proporcionar informações úteis para pesquisadores do campo de estudo da Administração Financeira e para gestores de Micro ou Pequenas empresas, optantes pelo Simples Nacional, servindo para a identificação de desafios enfrentados por parte dos gestores de MPEs no Brasil, auxiliando-os a gerirem seus negócios de forma que possam desempenhar a função social de gerar renda e emprego para o país, fomentando o desenvolvimento econômico.

A figura 2 destaca a importância das Micro e Pequenas empresas, evidenciando sua participação no PIB nos anos de 2009 à 2021.

Figura 2 – Participação das micro e pequenas empresas no PIB brasileiro



1.3 PROBLEMA DE PESQUISA

Este trabalho apresenta a seguinte questão: quais os desafios enfrentados por uma empresa optante do Simples Nacional na gestão do capital de giro?

1.4 OBJETIVOS DE PESQUISA

1.4.1 OBJETIVO GERAL

Analisar os desafios enfrentados por uma empresa optante do Simples Nacional na administração do capital de giro com base no modelo tradicional e no modelo dinâmico.

1.4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Descrever a participação das empresas do Simples Nacional na economia brasileira;
- Contextualizar os regimes de tributação existentes no Brasil com o objetivo de apresentar o conceito de Simples Nacional;
- Apresentar o conceito de capital de giro;
- Demonstrar o modelo tradicional e o modelo dinâmico;
- Identificar os desafios enfrentados por uma empresa do Simples Nacional na gestão do capital de giro por meio de um estudo de caso;
- Descrever os problemas identificados com base no modelo tradicional e no modelo dinâmico.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Com o objetivo de contextualizar os temas a serem abordados neste trabalho, o referencial teórico baseia-se em materiais acerca da administração financeira, da gestão do capital de giro, dos regimes de tributação existentes no Brasil e das médias e pequenas empresas, bem como suas contribuições para a economia brasileira. O trabalho, inicialmente, busca explicitar os conceitos de administração financeira pertinentes ao problema de pesquisa. Em seguida, aborda a importância das micro e pequenas empresas no cenário brasileiro, por meio da apresentação da literatura sobre o tema e de dados secundários que evidenciam a participação desse tipo de empresa no mercado brasileiro. Ainda, observa-se que, no Brasil, as MPEs, em maioria, são optantes pelo regime de tributação Simples Nacional, o qual será tratado neste trabalho.

2.1 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

Segundo Gitman (2010), o campo de estudo de finanças trata da “arte e a ciência de administrar o dinheiro”. A administração financeira, por sua vez, trata das responsabilidades dos administradores financeiros nas organizações (GITMAN, 2010). A administração financeira distingue-se da contabilidade no que diz respeito às suas atribuições. Enquanto a contabilidade possui o papel de coletar dados financeiros, elaborar demonstrações financeiras a partir deles, atender aos órgãos fiscalizadores e registrar impostos, os administradores financeiros tomam decisões a partir dos relatórios fornecidos pela contabilidade, decidem sobre as formas de financiamento e investimento e possuem maior ênfase nos fluxos de caixa (GITMAN, 2010).

Para Weston e Brigham (2000), a administração financeira é importante em todos os tipos de negócios e os gerentes financeiros também possuem a responsabilidade de decidir sobre termos de crédito para os clientes, níveis de estoques, nível de dinheiro disponível, compra de outros negócios e se o lucro deverá ser distribuído ou reinvestido.

Já para Ross, Westerfield e Jordan (2011), os administradores financeiros devem concentrar-se em três questões. A primeira delas é identificar investimentos de longo prazo que sejam lucrativos para a empresa, o que ocorre quando o retorno desses investimentos é maior do que o custo de aquisição e manutenção. A segunda

questão diz respeito a composição de recursos que será utilizada para suportar os investimentos, isso diz respeito a proporção de capital próprio e de capital de terceiros que será adotada pelos administradores da empresa. E a terceira questão trata das atividades diárias que visam garantir a continuidade das operações da empresa.

A ênfase nos fluxos de caixa é um dos papéis principais da administração financeira. O fluxo de caixa diz respeito às entradas e saídas de dinheiro ao longo do tempo, de modo que o administrador financeiro busca com que a empresa esteja sempre solvente, isto é, capaz de pagar suas obrigações tantas quanto forem devidas (GITMAN, 2010). O fluxo de caixa representa a diferença entre a quantidade de dinheiro que entrou e a quantidade de dinheiro que saiu (ROSS; WESTERFIELD; JORDAN, 2008). Neste sentido, a administração de curto prazo pode ser um dos aspectos mais importantes a serem levados em consideração (GITMAN, 2010). Ela se refere aos fluxos de caixa de curto prazo, isto é, geralmente aqueles que ocorrem em um período inferior a um ano (ROSS; WESTERFIELD; JORDAN, 2008).

A administração financeira de curto prazo aborda à gestão das contas do passivo e ativo circulante, que é também conhecido como capital de giro (GITMAN, 2010). Segundo Assaf Neto (2012, p. 2), o “termo giro refere-se aos recursos correntes (curto prazo) da empresa, geralmente identificados como aqueles capazes de serem convertidos em caixa no prazo máximo de um ano.” O “capital de giro representa os recursos demandados por uma empresa para financiar suas necessidades operacionais.” (ASSAF NETO, 2012, p. 2). De acordo com Brighan e Ehrhardt (2006), o termo capital de giro teve sua origem na história de um vendedor ambulante que carregava sua carroça com as mercadorias. As mercadorias que ele vendia, isto é, fazia girar, era o capital de giro e o vendedor tomava empréstimos de fundos para compra das mercadorias, esses empréstimos eram conhecidos como empréstimos de capital de giro (BRIGHAN; EHRHARDT, 2006). No contexto atual, o capital de giro é formado por quatro componentes fundamentais, são eles: caixa, valores mobiliários negociáveis, estoques e contas a receber (BRIGHAN; EHRHARDT, 2006).

2.2 ABORDAGENS DE CAPITAL DE GIRO: MODELO TRADICIONAL E DINÂMICO

O conceito de liquidez diz respeito à rápida conversão dos ativos em dinheiro (ASSAF NETO, 2012). O ativo circulante ou capital de giro é o grupo de contas que

possui a maior liquidez dentro do ativo total no balanço patrimonial, pois trata de valores conversíveis em dinheiro em prazo inferior a um ano (GITMAN, 2010). O ativo circulante é composto por: disponibilidades imediatas da empresa, como caixa e seus equivalentes; valores a receber no curto prazo, tais como duplicatas; estoques e despesas diferidas, que são despesas pagas antes do recebimento dos produtos ou serviços (NETO, 2012).

Nesse contexto, pode-se dizer que as disponibilidades da empresa dão origem a todo o fluxo do ativo circulante, pois é a partir dele que se inicia o processo produtivo da organização. Os recursos disponíveis são utilizados para compra de estoques e para a produção, de modo a gerar receita com vendas à prazo ou à vista. Os recursos aplicados no ativo circulante podem ser provenientes do capital próprio (Patrimônio líquido) da empresa ou do capital de terceiros (Passivo exigível), sendo que estes podem ser de curto ou longo prazo (ASSAF NETO, 2012). Desta forma, de acordo com Assaf Neto (2012), os passivos de curto prazo devem ser destinados exclusivamente para o financiamento de atividades também de curto prazo, com o objetivo de promover o equilíbrio financeiro da organização.

Sob essa perspectiva, embora os recursos de terceiros de curto prazo devam ser destinados para finalidades também de curto prazo, também é importante que recursos de longo prazo financiem o ativo circulante da empresa, isso se deve ao fato de que pode existir uma dessincronização entre as entradas e saídas de caixa no decorrer do tempo, por isso, sob a perspectiva do modelo tradicional de análise de capital de giro, o Capital Circulante Líquido (CCL) é um indicador importante, pois representa a folga financeira da empresa após honrar com suas obrigações de curto prazo (MODRO; FAMÁ; PETROKAS, 2012). Além do CCL, o modelo tradicional abrange os indicadores de liquidez, composição de endividamento e prazos médios, dada a influência exercida pela falta de sincronização dos fluxos de caixa (MODRO; FAMÁ; PETROKAS, 2012).

Apesar de o modelo tradicional oferecer informações úteis, o caráter estático do modelo foi alvo de críticas. Nesse sentido, o modelo dinâmico, proposto por Fleuriet busca compreender a realidade dinâmica das empresas (CAVALCANTI; LONGHIN, 2016). No modelo dinâmico o ativo e passivo circulantes são subdivididos em duas categorias: ativo/passivo financeiro ou errático e ativo/passivo operacional ou cíclico. As contas caracterizadas como financeiras ou erráticas são aquelas não relacionadas a atividade operacional da empresa, ao contrário das contas operacionais e cíclicas.

O ativo não circulante, no modelo dinâmico, é considerado uma conta estratégica, bem como o passivo não circulante e o patrimônio líquido, que são considerados passivos estratégicos, responsáveis pelo financiamento de longo prazo do ativo estratégico, que também possui uma perspectiva de longo prazo (CAVALCANTI; LONGHIN, 2016).

A partir da reclassificação das contas é possível mensurar os três componentes principais da análise dinâmica do capital de giro: necessidade de capital de giro (NCG), capital de giro (CDG) e saldo em tesouraria (T) (MODRO; FAMÁ; PETROKAS, 2012). A NCG é representada pela diferença entre o ativo e o passivo cíclico e demonstra a necessidade de investimento de longo prazo em giro (ASSAF NETO, 2012). Já o capital de giro do modelo dinâmico é dado pela diferença entre o ativo e o passivo permanente, representando um montante a ser utilizado para financiamento da NCG (MODRO; FAMÁ; PETROKAS, 2012). O saldo em tesouraria representa o valor necessário para eventual expansão da necessidade de capital de giro, este indicador é dado pela diferença entre CDG e NCG (MODRO; FAMÁ; PETROKAS, 2012).

Ainda, no que tange à análise das demonstrações financeiras, a avaliação do capital de giro pode ser complementada por meio da observação de outros indicadores, que promovem a compreensão das formas de financiamento da empresa e de sua rentabilidade, como por exemplo o indicador de Endividamento Geral, no aspecto da composição do Passivo da empresa e o indicador de Retorno do Ativo, aqui chamado de Rentabilidade do Ativo, no que diz respeito a rentabilidade (GITMAN, 2010). Além disso, a análise também é enriquecida por meio de técnicas como a Análise Vertical e Horizontal das demonstrações financeiras, pois favorecem o entendimento da evolução das contas e de sua representatividade (ASSAF NETO, 2012).

2.3 MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

No Brasil, de acordo com a Lei Complementar 123/2006, as Microempresas são aquelas cuja receita bruta anual não ultrapassa o valor de R\$360.000,00 e as Empresas de Pequeno Porte (EPPs) são aquelas em que a receita bruta anual é maior do que R\$360.000,00, mas inferior a R\$4.800.000,00. Nos países da Europa, por exemplo, as micro e pequenas empresas são caracterizadas pelo critério de giro total

do ativo e do número de empregados (VARGA, 2021). No Brasil, embora o número de empregados não seja um critério para fins de enquadramento como micro ou pequena empresa, as empresas destes portes tendem a ser caracterizadas por um número reduzido de funcionários (MENDONÇA, 2024).

De acordo com o SEBRAE (2025), as MPEs geraram 1,4 milhões empregos formais, de janeiro a novembro de 2024, o que correspondeu a 65% dos empregos formais no país. Segundo Pedraza (2021), as micro e pequenas empresas, embora possuam diferenças em suas definições, de acordo com o país, geralmente podem ser consideradas como fundamentais, tanto em economias desenvolvidas como as que estão em desenvolvimento. Ainda, de acordo com o autor, essas empresas desempenham um papel central no desenvolvimento econômico e dão origem a habilidades empresariais, inovação e empregabilidade (PEDRAZA, 2021). A figura 3 mostra as massas de remuneração por porte de empresa, diferenciando-as entre as categorias de Micro e Pequena Empresa (MPE) e Média e Grande Empresa (MGE). Destaca-se a importância das MPEs como geradoras de renda no país.

Figura 3 – Massa de remuneração dos empregados por porte do estabelecimento (agregado). Brasil – 2022 (em bilhões de R\$).



Fonte: Sebrae (2022)

Para Garcia *et al.* (2022), as micro e pequenas empresas representam maior percentual entre as empresas da maioria dos países e possuem um papel importante

na economia, por meio da geração de empregos, renda e desenvolvimento social. Um país competitivo possui empresas competitivas e isto favorece a existência de empreendedores de micro e pequenas empresas, que correspondem à maior parcela das empresas ao redor do mundo (VARGA, 2021; GARCIA *et al.*, 2022).

Algumas vantagens podem ser identificadas nas MPEs, em comparação com maiores empresas, como agilidade no processo decisório e flexibilidade, pois, em grandes companhias, a coordenação entre diferentes áreas e a burocracia tendem a tornar os processos mais lentos e menos flexíveis, enquanto que a estrutura enxuta das MPEs torna o processo mais fluído, além disso, elas se destacam por possuírem maior proximidade com clientes, podendo identificar e atender suas necessidades com maior facilidade (NEVES; CRUZ; LOCATELLI, 2024; PERAZA, 2021).

Apesar dessas vantagens competitivas, essas empresas enfrentam alguns desafios que afetam sua taxa de mortalidade, dentre eles pode-se citar, principalmente, o nível de formação dos empreendedores, que por vezes iniciam seus negócios por necessidade, sem a formação adequada; a falta de estratégia e a dificuldade de acesso a crédito, devido a taxas elevadas; falta de opções adequadas de crédito e dificuldade no relacionamento bancário (NEVES; CRUZ; LOCATELLI, 2024; GARCIA *et al.*, 2022). Além disso, por serem empresas menores, as MPEs “podem incorrer em custos maiores e custos econômicos superiores aos das maiores empresas”. (PAES, 2014)

A pesquisa de Ferreira *et al.* (2011) caracteriza as MPEs como organizações não departamentalizadas, não havendo uma grande segmentação de funções dentro da organização, assim, nessas empresas, a função financeira costuma ser executada concomitantemente com outras funções, como *marketing* e recursos humanos. São empresas que atuam nos mercados de bens e serviços e sofrem grande influência do ambiente em que estão inseridas, dadas as oscilações na demanda no decorrer do tempo e a escassez de recursos necessários para a expansão das atividades da empresa. A pesquisa apontou que as principais dificuldades decorrentes da falta de capital de giro das médias e pequenas empresas são: a) escassez financeira de recursos para realizar a aquisição de tecnologias e contratação de mão de obra especializada; b) dificuldade na aquisição de equipamentos para desempenho das atividades operacionais da empresa; c) obtenção dificultada de matéria prima, tendo em vista que as empresas fornecedoras tendem a estabelecer um lote mínimo de compra, cujo valor pode ser maior do que os recursos disponíveis para a MPE. Esses

desafios ressaltam a importância de o administrador financeiro voltar seu olhar para assuntos relacionados à gestão financeira de curto prazo, como caixa, valores a receber, políticas de crédito e estoques (FERREIRA *et al.*, 2011). Um capital de giro reduzido implica na utilização desses recursos visando apenas a sobrevivência imediata.

2.4 SIMPLES NACIONAL

Considerando-se os desafios que podem ser enfrentados pelas MPes, sobretudo a operacionalidade em caráter reduzido, a legislação brasileira permite que as MPes venham aderir a um regime tributário diferenciado e menos oneroso, em comparação com os outros regimes: o Simples Nacional (SILVA; OLIVEIRA, 2022). Além desse, existem dois outros regimes principais no Brasil, o Lucro Presumido e o Lucro Real (RECEITA FEDERAL, 2025).

O Simples Nacional se caracteriza por abranger todos os tributos em uma única guia, os quais são: Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) ou Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) e/ou Imposto sobre Serviço (ISS) e Contribuição para a Seguridade Social destinada à Previdência Social a cargo da pessoa jurídica (CPP) (RECEITA FEDERAL, s. d.).

No que diz respeito às alíquotas, elas são definidas levando-se em consideração a receita bruta dos últimos 12 meses (SANTANA; CASTRO; VALE, 2024). O percentual é aplicado sobre o faturamento e não sobre o lucro, o que pode ser prejudicial nos momentos em que a empresa não tiver tido um bom desempenho financeiro, mas mesmo assim tenha que pagar o percentual dos tributos sobre seu faturamento (SILVA; OLIVEIRA, 2022).

Entre os benefícios trazidos pelo Simples Nacional, estão a menor carga tributária e a simplificação da escrituração, do cálculo e do pagamento dos tributos, que é feito de forma unificada, por um único Documento de Arrecadação de Receitas. (PAES; ALMEIDA, 2009). Neste sentido, pode-se dizer também que a unificação dos tributos em uma única guia contribui para a diminuição dos custos administrativos da empresa (PAES; ALMEIDA, 2009).

Para que a empresa possa ser optante pelo regime favorecido, ela deve estar enquadrada como o Micro ou Pequena Empresa, respeitando o limite de faturamento anual de R\$4.800.000,00 e alguns outros critérios específicos previstos em lei (SILVA; OLIVEIRA, 2022). Em 2024, a Receita Federal (2024) publicou uma notícia de que o número de empresas optantes pelo Simples Nacional foi de 7,4 milhões.

2.5 REVISÃO DA LITERATURA

Ao analisar 112 empresas listadas na bolsa de valores brasileira, Silva *et al.* (2019) concluíram que as empresas de maior porte e com uma maior liquidez, que utilizavam de dívidas para impulsionar sua operação, apresentaram uma menor Necessidade de Capital de Giro (NCG), visto que empresas deste porte possuem maior facilidade na obtenção de crédito, reduzindo a NCG.

Em contraste com esse estudo, que analisava empresas já listadas na bolsa de valores, que são empresas de maior estrutura e já consolidadas no mercado, o estudo de Silva, Santos e Martucheli (2020) analisou uma clínica médica, que era uma Microempresa optante pelo Simples Nacional. A pesquisa evidenciou os desafios decorrentes da falta de capital de giro, após as sócias terem feito desembolsos de caixa para a realização de uma reforma do ambiente de trabalho. Para efetuar a reforma foi necessário recorrer a empréstimos com o objetivo de financiar o capital de giro. Depois das reformas, a empresa foi atingida por uma crise financeira, que motivou as sócias a permitirem pagamentos em maior quantidade de parcelas e culminou em uma maior Necessidade de Capital de Giro. Esta pesquisa demonstrou como os problemas de caixa podem afetar as MPEs de maneira mais significativa. As propostas de intervenção do estudo foram a renegociação de dívidas, maior monitoramento das entradas e saídas de caixa, estudo tributário com objetivo de redução de pagamento de tributos, adoção a convênios, redução do prazo de recebimento e revisão da política de crédito (SANTOS; SOUZA; MARTUCHELI, 2020).

O estudo de Silva, Fonseca e Bitarais (2018), de abordagem qualitativa e quantitativa buscou analisar os fatores que impactam na administração do capital de giro de pequenas e médias empresas, do setor industrial de Divinópolis - MG. O estudo demonstrou que, dentre outros fatores, o baixo nível de informatização dos sistemas financeiros das empresas destacou-se. Além disso, notou-se dificuldades na

administração de estoques, na mensuração dos resultados e na conciliação dos prazos de pagamento e recebimento (SILVA; FONSECA; BITARAIS, 2018). A pesquisa também mostrou que a ausência de formações relacionadas a áreas de finanças e o caráter familiar das empresas analisadas também podem ser entendidos como desafios para a administração do capital de giro das empresas analisadas.

Ramos, Santos e Vasconcelos (2017) estudaram as micro e pequenas empresas que fazem parte do Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco. O objetivo da pesquisa era identificar como essas empresas realizam a gestão do capital de giro e, para isto, foi utilizada uma amostra de 55 empresas que atuavam a 13 anos, sendo que 51% eram microempresas e 49% eram empresas de pequeno porte (RAMOS; SANTOS; VASCONCELOS, 2017). Os resultados desta pesquisa podem ser considerados positivos em alguns aspectos, pois 97% das empresas apresentaram situação financeira sólida ou excelente, de acordo com a utilização do Modelo Dinâmico. No entanto, pode-se dizer que a alta liquidez foi motivada pela pelo alto nível de disponibilidades nas contas de caixa e equivalentes, pois os recursos não costumavam ser investidos, o que pode ser prejudicial ao considerar a ótica da rentabilidade (RAMOS; SANTOS; VASCONCELOS, 2017). A pesquisa indicou que a liquidez foi priorizada em relação à rentabilidade, o que pode ter sido motivado pelo nível de formação acadêmica dos proprietários das empresas, que não apresentaram um nível satisfatório de utilização de ferramentas de suporte à administração do capital giro, tais como a falta de elaboração de relatórios financeiros (RAMOS; SANTOS; VASCONCELOS, 2017). Verifica-se que, no contexto das MPEs, nem sempre as demonstrações contábeis representam a realidade da empresa, de forma que alguns proprietários de MPEs enxergam o papel da contabilidade de forma mais relacionada aos aspectos de atendimento a legislação tributária, do que como instrumento que auxilia na tomada de decisão (FERNANDES *et al.*, 2019).

O estudo de Oliveira, Alves e Campos (2024), ao tentar compreender os fatores limitantes na gestão do capital de giro nas micro e pequenas empresas que atuam no setor de comércio varejista de mercadorias em geral, do município de Arinos-MG, também evidenciou a dificuldade de documentos que suportem a tomada de crédito diante das instituições financeiras. O faturamento baixo e os juros altos também se apresentaram como fatores limitantes da captação de recursos para as MPEs. (OLIVEIRA; ALVES; CAMPOS, 2024). Já Freitas, Borges e Enoque (2022) realizaram um estudo a fim de identificar fatores que contribuem para o sucesso ou fracasso de

MPEs de Ituiutaba-MG e, dentre os desafios identificados, estão a carga tributária e a crise econômica (FREITAS; BORGES; ENOQUE, 2022). Esses fatores também são importantes para administração do capital de giro, e o primeiro foi apontado como um dos aspectos mais importantes na administração de capital de giro, pelo ponto de vista dos administradores financeiros das micro e pequenas empresas de fundições em Cláudio-MG, de acordo com o estudo de Silva *et al.*, (2019). O cenário econômico também desempenha um papel de influência no que tange à gestão do capital de giro, dado que impacta no volume de vendas, o qual é revertido em recursos para utilização na operação da empresa (FERREIRA *et al.*, 2011). Assim, o capital de giro precisa ter especial atenção, pois é um aspecto que, se mal gerenciado, pode culminar na falência das empresas (OLIVEIRA; ALVES; CAMPOS, 2024).

3. METODOLOGIA

O presente estudo busca identificar desafios relacionados à gestão do capital de giro de uma Empresa de Pequeno Porte, optante pelo Simples Nacional. Assim, esta é uma pesquisa quantitativa, que visa a medição objetiva dos dados apresentados nas demonstrações financeiras (ZANELLA, 2006). Também é uma pesquisa descritiva, pois busca-se descrever os resultados dos indicadores calculados e sujeitá-los à análise, promovendo a interpretação dos dados de acordo com perspectivas de análise financeira pertinentes ao contexto da empresa (SILVA, 2015). Trata-se de um estudo de caso, pois este é um instrumento de pesquisa que possibilita o entendimento de determinados assuntos com maior profundidade, pois diz respeito ao estudo de um único ou poucos objetos, permitindo um maior nível de detalhamento na pesquisa (GIL, 2002).

Para realização desta pesquisa, o objeto de estudo foi uma empresa do setor de comércio, que atua com a venda, a varejo, de peças e instrumentos para motociclistas, situada em Belo Horizonte, Minas Gerais. Foram utilizados dados secundários que demonstram a situação financeira da empresa, como o Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração de Resultado do Exercício (DRE).

Os dados coletados foram analisados por meio da perspectiva de análise de demonstrações financeiras, tanto pela ótica dos indicadores do modelo tradicional, quanto dos indicadores do modelo dinâmico, que reclassifica as contas do Balanço Patrimonial.

A análise horizontal foi utilizada para verificar a evolução das contas ao longo do tempo, enquanto a análise vertical permitiu identificar a representatividade de cada conta dentro da estrutura patrimonial da empresa. Na perspectiva do modelo tradicional, foi realizado o estudo do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultados do Exercício por meio de indicadores, de modo a compreender o contexto financeiro da empresa e posteriormente enfatizar os aspectos relacionados à administração financeira de curto prazo.

Assim, dentre os indicadores observados no modelo tradicional, utilizou-se os indicadores de Liquidez, dentre eles o Capital Circulante Líquido, para compreender a capacidade de solvência da empresa, e os prazos médios para o entendimento do processo de geração de caixa da empresa em termos diários. Além disso, para entender as formas de financiamento mais recorrentes, a fim de saber como a

empresa financia suas operações, buscou-se observar os indicadores de estrutura de capital. Quanto aos indicadores de rentabilidade, foram utilizados para avaliar a capacidade de geração de lucros da empresa. Todos esses indicadores contribuíram para uma compreensão mais clara do contexto da empresa e sua saúde financeira, e foram relacionados à Necessidade de Capital de Giro (NCG), calculada no Modelo Dinâmico.

Este indicador foi calculado a partir da reclassificação de contas do Balanço Patrimonial, como proposta por Fleuriet (2003) e permitiu estimar o volume de recursos necessários para financiar o ciclo operacional da empresa. A partir do Modelo Dinâmico ainda foram calculados o Capital de Giro (CDG) e o Saldo em Tesouraria (T), que são necessários para entender o perfil da empresa e a necessidade de captação de recursos de curto prazo. O período analisado compreendeu os exercícios de 2020 a 2024. A utilização conjunta do modelo tradicional e do modelo dinâmico justifica-se pela busca de uma análise mais abrangente da situação econômico-financeira da empresa, permitindo avaliar tanto indicadores clássicos de desempenho quanto aspectos relacionados à dinâmica do capital de giro e à necessidade de financiamento das operações. O quadro abaixo demonstra os indicadores utilizados e suas respectivas fórmulas de cálculo.

Quadro 1 – Indicadores e fórmulas

Descrição	Fórmula
Indicadores de Liquidez e solvência	
Liquidez Corrente	$(\text{Ativo Circulante})/(\text{Passivo Circulante})$
Liquidez Seca	$(\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques no Curto Prazo} - \text{Despesas Antecipadas})/(\text{Passivo Circulante})$
Liquidez Imediata	$(\text{Disponível})/(\text{Passivo Circulante})$
Liquidez Geral	$(\text{Ativo Total})/(\text{Passivo Total})$
Capital Circulante Líquido	$\text{Ativo Circulante} - \text{Passivo Circulante}$
Indicadores de estrutura de capital e endividamento	
Endividamento Geral	$(\text{Passivo Total})/(\text{Ativo Total})$
Imobilização do Patrimônio Líquido	$(\text{Ativo Não Circulante})/(\text{Patrimônio Líquido})$

Descrição	Fórmula
Indicadores de Atividades	
Giro do Estoque	$(\text{Custo de Mercadoria Vendida})/(\text{Estoques})$
Prazo Médio de Recebimento de Vendas (PMRV)	$(\text{Duplicatas a receber})/(\text{Receita Bruta}) * 360$
Prazo Médio de Pagamento de Compras (PMPC)	$((\text{Fornecedores})/(\text{Compras}))* 360$
Prazo Médio de Renovação de Estoques (PMRE)	$((\text{Estoques})/(\text{Custo de Mercadoria Vendida}))*360$
Ciclo Operacional (CO)	PMRE + PMRV
Ciclo Financeiro (CF)	CO - PMPC
Indicadores de rentabilidade	
Rentabilidade do Ativo	$(\text{Lucro Líquido})/(\text{Ativo Total})$
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	$(\text{Lucro Líquido})/(\text{Patrimônio Líquido})$
Margem Líquida	$(\text{Lucro Líquido})/(\text{Receita Líquida})$
Modelo dinâmico	
Capital de Giro (CDG)	$(\text{Passivo Estratégico}) - (\text{Ativo Estratégico})$
Necessidade de Capital de Giro (NCG)	$(\text{Ativo Operacional}) - (\text{Passivo Operacional})$
Saldo de Tesouraria (T)	$\text{CDG} - \text{NCG} \text{ ou } \text{Ativo Financeiro} - \text{Passivo Financeiro}$

Fonte: Elaboração própria (2026)

Desse modo, este estudo buscou basear seus resultados na análise de documentos contábeis da empresa, que ainda não haviam recebido nenhum tratamento científico, o que é uma característica própria da análise documental (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009). Paralelo à isso, houve a aplicação de conceitos presentes na Teoria de Finanças, abordados por autores como Gitman (2010) e Assaf Neto (2012), considerando as características próprias da empresa estudada, tais como o seu porte e regime tributário.

Além disso, durante o desenvolvimento desta pesquisa, foram utilizadas ferramentas de Inteligência Artificial generativa, especificamente o *ChatGPT* e o *Gemini*, como recursos auxiliares no processo de elaboração do Trabalho de

Conclusão de Curso intitulado “Desafios na Gestão do Capital de Giro de Pequenas Empresas: Estudo de caso de uma empresa optante pelo Simples Nacional”. O uso dessas ferramentas ocorreu ao longo de todas as etapas do trabalho, incluindo os capítulos de Introdução, Referencial Teórico, Metodologia, Análise dos Resultados e Considerações Finais. As aplicações envolveram atividades de apoio, como revisão textual, aprimoramento da redação e clareza das frases, auxílio na interpretação de dados obtidos na pesquisa e suporte na elaboração e organização de referências bibliográficas. Ressalta-se que as ferramentas de IA foram utilizadas exclusivamente como instrumentos de apoio, permanecendo sob responsabilidade do autor a seleção das informações, análise crítica dos conteúdos, construção dos argumentos, decisões metodológicas e elaboração final do trabalho.

4. ESTUDO DE CASO

4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A empresa β – nome fictício – atua no comércio de peças e acessórios para motocicletas e de vestimentas e acessórios para motociclistas. Trata-se de uma Empresa de Pequeno Porte, que foi constituída em 2000, sob a forma de Sociedade Limitada, e possui dois sócios, que são um casal. No entanto, atualmente, quem administra o negócio de forma mais próxima é apenas um dos sócios, a esposa. A empresa está localizada em Belo Horizonte, Minas Gerais e, embora tenha sido umas primeiras empresas da região neste ramo de atuação, hoje possui concorrentes próximos geograficamente, para disputar mercado. De forma mais específica, a empresa comercializa peças para motocicletas, óleos e lubrificantes para motos, capacetes e acessórios de vestuário para motociclistas, além de dispor de determinados serviços mecânicos as motocicletas dos clientes.

No que diz respeito ao enquadramento tributário, a empresa está abrangida pelo regime tributário Simples Nacional, que se caracteriza, dentre outras especificidades, pelo limite de faturamento de até R\$ 4.800.000,00 e pelo recolhimento de impostos sobre a receita bruta e não sobre o lucro líquido, além de outros benefícios tributários, que favorecem Micro e Pequenas Empresas. Assim, a empresa permanece até hoje e passou por um período de mudança de localidade, no período analisado, como pode observado pelo crescimento da conta de Ativo Imobilizado do Balanço Patrimonial.

4.2 SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA EMPRESA

Para os cálculos da situação econômico-financeira da empresa, os dados utilizados foram retirados do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício, as quais constam no apêndice deste estudo.

4.2.1 LIQUIDEZ

Tendo como base o período analisado, notou-se que a empresa apresenta capacidade de honrar seus compromissos de longo prazo, sob a perspectiva do índice

de liquidez geral, e também de curto prazo, pela ótica do índice de Liquidez Corrente, conforme a tabela 1.

Tabela 1 – Indicadores de liquidez

Descrição	2020	2021	2022	2023	2024
Corrente	4,24	3,47	2,62	2,15	1,99
Seca	1,42	1,06	0,65	0,43	0,26
Imediata	0,95	0,38	0,08	0,15	0,08
Geral	5,27	4,35	3,43	3,22	3,03

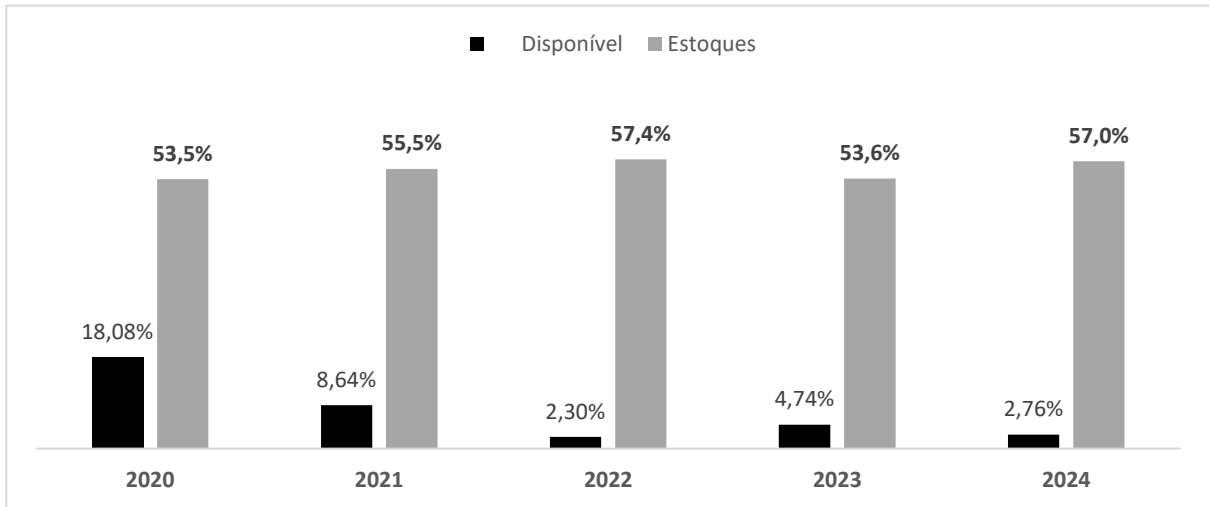
Fonte: Elaboração própria (2026)

No entanto, pela análise do índice de Liquidez Seca e Imediata, a empresa não possui capacidade de honrar seus compromissos somente utilizando-se do Ativo Disponível ou considerando-se apenas os itens mais líquidos do Ativo Circulante, na maior parte do tempo.

De acordo com Matarazzo (2010), índice de Liquidez Corrente alto e de Liquidez Seca baixo podem indicar uma situação financeira satisfatória, podendo estar relacionada a estoques excessivos, o que faz sentido nesse contexto. É possível verificar que a conta de estoques possui uma representatividade de mais de 50% em todo o período analisado.

Nesse sentido, a representatividade do disponível é bastante inferior à conta de estoques no período analisado, justificando a menor Liquidez Imediata e demonstrando que, apesar de a Liquidez Corrente ser maior do que 1, ela está concentrada na conta de Estoques, o que faz com que a empresa possa ter dificuldades de lidar com obrigações de prazos mais curtos, inferiores ao prazo da conversibilidade da conta de Estoques em caixa. O gráfico 1 mostra o comparativo da representatividade da conta de Estoques contra as contas do Disponível, no contexto da Análise Vertical.

Gráfico 1 – Análise Vertical: Disponível e Estoques

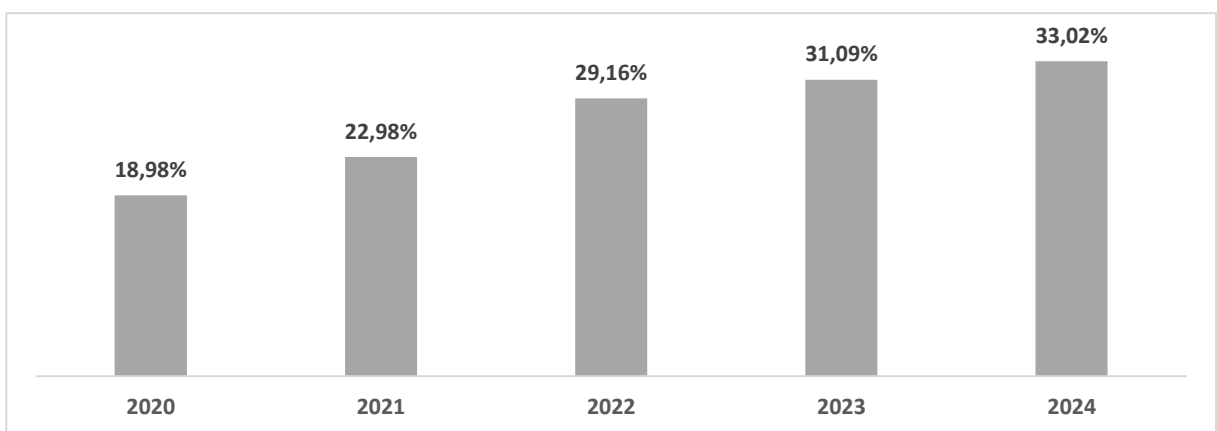


Fonte: Elaboração Própria (2026)

4.2.2 ESTRUTURA DE CAPITAL

Além de os índices de Liquidez Corrente e Geral terem se mantido altos no decorrer do tempo e da maior presença da conta de Estoques no Ativo Circulante, pode-se destacar a estrutura de capital da empresa, que demonstra que maior parte do Ativo foi financiada pelo capital próprio, apesar de que o capital de terceiros apresentou tendência de crescimento, conforme analisado pelo indicador de Endividamento Geral no gráfico 2.

Gráfico 2 – Indicador de Endividamento Geral



Fonte: Elaboração própria (2026)

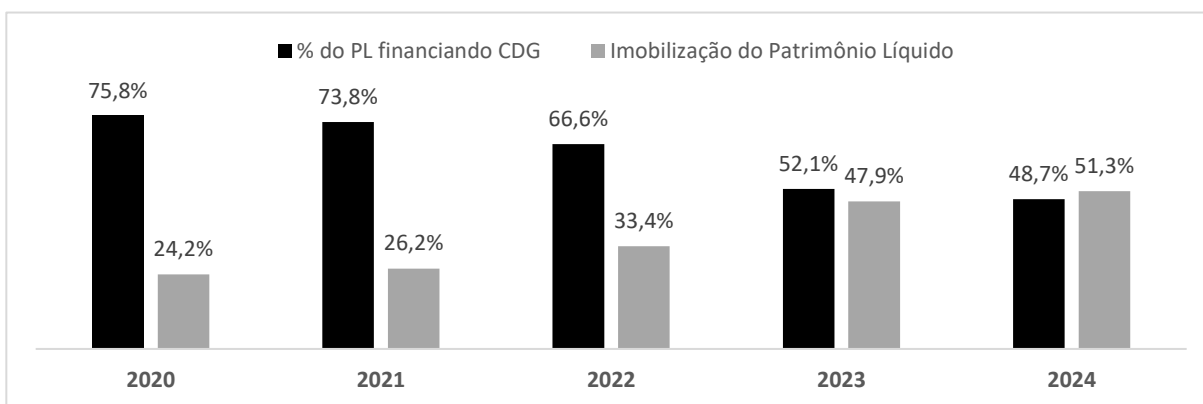
Pode-se dizer também que o capital de terceiros, neste caso, é composto somente pelo Passivo Circulante, pois a empresa não apresenta nenhum saldo nas

contas do Passivo Exigível de Longo Prazo. Desse modo, vale ressaltar que o Capital Próprio da empresa é composto, principalmente, pela conta de Lucros Acumulados. Sendo que a parte desses lucros que financiou o Ativo Circulante, foi investida, de forma mais representativa, na conta de Estoques, pois é a que possui mais representatividade dentro do Ativo Total. Ao fazer isso, a empresa corre o risco de ter um Ativo menos líquido e ter que contar com outras fontes de financiamento para os compromissos de curto prazo que não podem ser supridos por meio do Disponível.

Outro fator é que por se financiar, de forma preponderante, com capital próprio, a empresa teria a vantagem de possuir mais capital não oneroso e não exigível, consequentemente, menos arriscado, ao passo em que existe um custo de oportunidade do recurso associado ao volume de capital próprio empregado. Apesar da redução do risco e da onerosidade, avalia-se se os recursos investidos na empresa poderiam ser aplicados em outras alternativas financeiras, com retornos equivalentes e menos arriscados ou em valores superiores. Ainda, pode-se inferir que a empresa depende muito do seu resultado para financiar o Ativo, haja vista a maior participação do Patrimônio Líquido na estrutura de capital da empresa.

Nesse contexto, o volume do Patrimônio Líquido que financiava o Ativo Permanente cresceu ao longo do tempo, de modo que em 2020 maior parte do capital próprio financiava o Ativo Circulante, sob a perspectiva do Indicador de Imobilização do Patrimônio Líquido. Essa situação foi se invertendo ao longo do tempo, conforme o gráfico 3.

Gráfico 3 – Financiamento do Capital de Giro



Fonte: Elaboração própria (2026)

De forma sintética, pode-se dizer que a empresa apresenta uma estrutura de capital conservadora, devido à menor representatividade do Passivo Exigível dentro

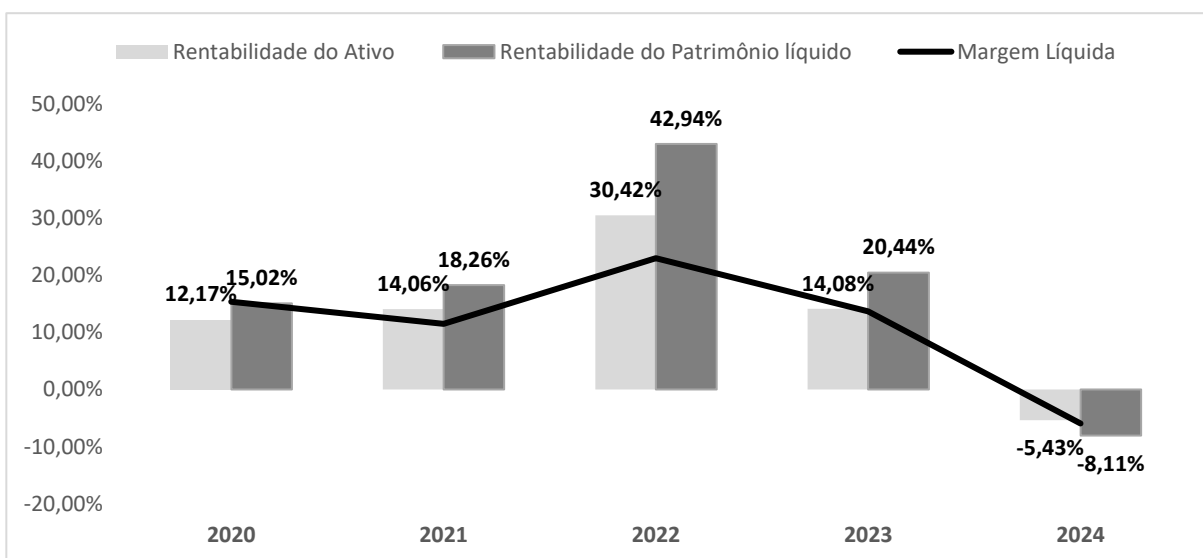
do Passivo Total. Além disso, os recursos do Patrimônio Líquido passaram a financiar, cada vez mais, Ativos Não Circulantes. Ademais, pode-se dizer que é desejável que os recursos de natureza permanente, Passivo Não Circulante e Patrimônio Líquido, financiem as necessidades de Capital de Giro da empresa, pois, neste contexto, a empresa teria recursos para honrar com seus compromissos de curto prazo utilizando-se de recursos cuja exigibilidade está no longo prazo, isto é, neste cenário há um período maior para a empresa quitar suas obrigações, período este em que a empresa pode utilizar os recursos permanentes para gerar receitas e ampliar sua capacidade de pagamento.

4.2.3 RENTABILIDADE

No que diz respeito aos indicadores de rentabilidade, foram analisados os indicadores Rentabilidade do Ativo (ROA), Rentabilidade do Patrimônio Líquido (ROE) e Margem Líquida (ML).

Verificou-se um desempenho similar entre os indicadores de rentabilidade. Os indicadores demonstraram tendência de crescimento de 2020 a 2022, ano em que se constatou o melhor resultado. Já de 2023 a 2024, os resultados diminuíram, chegando a indicar retornos negativos em 2024. O gráfico 4 demonstra a evolução histórica dos indicadores no período.

Gráfico 4 – Rentabilidade no Período



Fonte: Elaboração própria (2026)

Em 2022, a maior rentabilidade pode ser explicada, entre outros motivos, por: redução das contas que compõem o Custo de Mercadoria Vendidas; redução das contas que compõem as contas de Outras Despesas e Receitas Operacionais, caracterizada por apresentar diminuição, especialmente nos gastos tributários que haviam no exercício anterior; e aumento das Receitas financeiras, conta que apareceu com saldo zerado nos exercícios posteriores, conforme pode ser visto por meio da análise vertical da DRE nas tabelas 2, 3 e 4.

Tabela 2 – DRE: comparativo entre 2021 e 2022

Descrição	2021		2022		
	Valor	AV	Valor	AV	AH
RECEITA LÍQUIDA	1.955.503	100,0%	1.741.839	100,0%	-10,9%
CMV	-	64,4%	-860.576	49,4%	-31,6%
	1.258.378				
RESULTADO BRUTO	697.125	35,6%	881.263	50,6%	26,4%
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-433.249	22,2%	-451.044	25,9%	4,1%
OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS	-17.816	0,9%	-3.723	0,2%	-79,1%
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	246.060	12,6%	426.497	24,5%	73,3%
RECEITAS FINANCEIRAS	1.859	0,1%	20.231	1,2%	988,5%
DESPESAS FINANCEIRAS	-8.132	0,4%	-15.615	0,9%	92,0%
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	239.787	12,3%	431.112	24,8%	79,8%

Fonte: Elaboração própria (2026)

Tabela 3 – DRE: Receitas e despesas financeiras

Descrição	2020	2021	2022	2023	2024
RECEITAS FINANCEIRAS	5.977	1.859	20.231	1.390	0
MULTAS / JUROS	0	-2	-25	0	0
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	728	1.618	1.932	1.390	0
RENDIMENTO DE APLICACAO FINANCEIRA	5.250	243	18.323	0	0
DESPESAS FINANCEIRAS	-6.371	-8.132	-15.615	-24.685	-66.653
DESPESAS BANCARIAS	-6.371	-8.132	-15.535	-15.094	-30.022
JUROS	0	0	-79	-9.592	-36.631

Fonte: Elaboração própria (2026)

Tabela 4 – DRE: Outras despesas e receitas operacionais

Descrição	2020	2021	2022	2023	2024
OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS	2.828	-17.816	-3.723	-4.483	10.310
REVERSAO DE PROVISAO DE FERIAS + ENCARGOS	1.279	1.884	724	0	12.210
REVERSAO DE PROVISAO 13º SALÁRIO + ENCARGOS	7.881	0	654	0	0
TFLF	-644	-671	-741	0	0
IPTU	0	-7.263	0	-733	0
IPVA/TX					
LICENCIAMENTO/DPVAT/MULTAS TRÂNSITO	-269	-112	-55	0	-897
TAXAS DIVERSAS	-97	-595	-36	-1.135	-822
MULTAS DE MORA	-209	-667	-331	-135	0
ANTECIPAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO ICMS	-5.416	-14.054	-3.938	-2.868	-181
BONIFICAÇÃO DE MERCADORIAS	303	3.664	0	389	0

Fonte: Elaboração própria (2026)

Além disso, o Ativo Total e o Patrimônio Líquido também diminuíram. Esses fatores reduziram o denominador do ROA e ROE, de modo a contribuir com o maior resultado dos indicadores em 2022.

Já em 2024, os resultados negativos podem ser explicados, principalmente, pela redução no valor das vendas, em paralelo com o aumento dos gastos com Despesas administrativas e financeiras, conforme observado na tabela 5.

Tabela 5 – DRE: comparativo entre 2023 e 2024

Descrição	2023		2024		
	Valor	AV	Valor	AV	AH
RECEITA LÍQUIDA	1.399.665	100,0%	1.172.223	100,0%	-16,2%
CMV	-717.278	51,2%	-684.594	58,4%	-4,6%
RESULTADO BRUTO	682.387	48,8%	487.629	41,6%	-28,5%
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-449.409	32,1%	-506.561	43,2%	12,7%
OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS	-4.483	0,3%	10.310	0,9%	-330,0%
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	228.495	16,3%	-8.622	0,7%	-103,8%
RECEITAS FINANCEIRAS	1.390	0,1%	0	0,0%	-100,0%
DESPESAS FINANCEIRAS	-24.685	1,8%	-66.653	5,7%	170,0%

Descrição	2023			2024	
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	205.199	14,7%	-75.276	6,4%	-136,7%

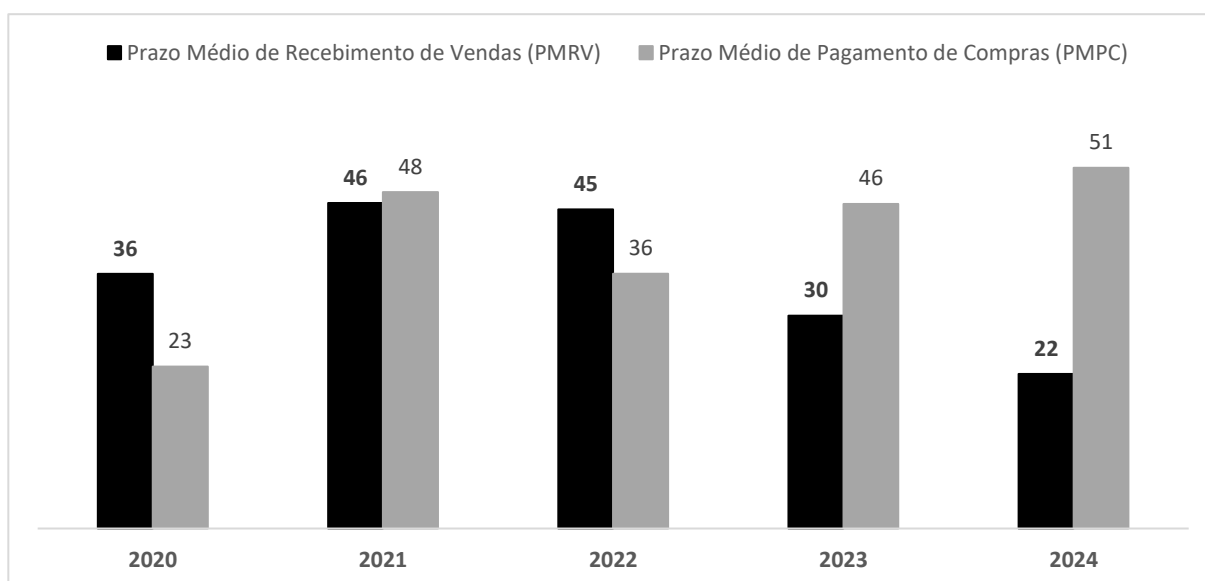
Fonte: Elaboração própria (2026)

De modo geral, por meio da análise de rentabilidade, pode-se inferir que o que mais contribuiu para a rentabilidade nos períodos de picos, isto é, em 2022 e 2024, além da Receita Líquida, foram o valor gasto a título de Custo de Mercadoria Vendida e os rendimentos de aplicações financeiras.

4.2.4 PRAZOS MÉDIOS E ATIVIDADE

Os indicadores de prazo médio e de atividade tratam dos prazos estimados para pagamento de compras, recebimento de vendas e renovação de estoques, de modo que se possa estimar o Ciclo Financeiro e o Ciclo Operacional. Um Prazo Médio de Recebimento de Vendas (PMRV) menor que o Prazo Médio de Pagamento de Compras (PMPC) pode ser algo desejável (SILVA et. al, 2019), pois isso significa que a empresa recebe o pagamento de seus clientes antes de seus fornecedores. O gráfico 5 mostra como se deu a relação entre esses indicadores ao longo do tempo, na empresa analisada.

Gráfico 5 – Comparativo PMRV e PMPC (Em dias)



Fonte: Elaboração própria (2026)

Os indicadores não foram estáveis no decorrer do período, sendo que em 2020 e 2022, o PMPC foi menor do que o PMRV. Isso implicou que a empresa teve que dispor de uma maior quantidade de recursos de curto prazo nesses períodos, haja vista a necessidade de financiamento das operações no período entre o pagamento das compras e o recebimento das vendas. Isso será analisado com mais profundidade na seção de capital de giro.

Mas, neste grupo de indicadores, o maior destaque se dá pela observação do indicador de Prazo Médio de Renovação de Estoques (PMRE), que na maior parte do tempo foi quase ou superior a um ano. O que pode indicar estoques excessivos, relacionados com a situação do índice de Liquidez Seca ser inferior ao índice de Liquidez Corrente, apresentada anteriormente. A possível consequência dos indicadores de prazos médios, neste caso, é que os altos níveis de estoques culminaram na perda de dinheiro em estoques parados, cujo capital investido poderia ter sido aplicado em outras finalidades que trouxessem maior retorno financeiro. Além disso, existem custos associados a manutenção e controle do estoque.

Nesse sentido, o PMRE é um dos principais fatores que colaboram para o aumento do ciclo operacional e do ciclo financeiro da empresa. A tabela 6 demonstra os resultados dos indicadores

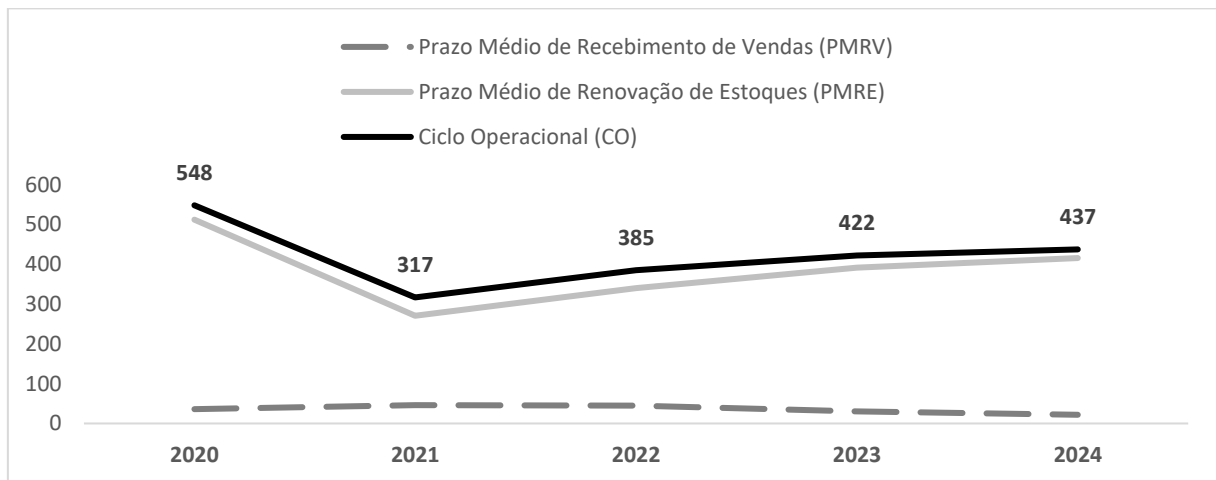
Tabela 6 – Indicadores de Prazos Médios e Atividade

Descrição	2020	2021	2022	2023	2024
PMRV	36	46	45	30	22
PMPC	23	48	36	46	51
PMRE	512	271	340	392	416
Ciclo Operacional (CO)	548	317	385	422	437
Ciclo Financeiro (CF)	525	269	349	376	386

Fonte: Elaboração própria (2026)

Como forma de sintetizar as informações em uma única visualização, o gráfico 6 demonstra a relevância do PMRE para o Ciclo Operacional, na empresa em questão.

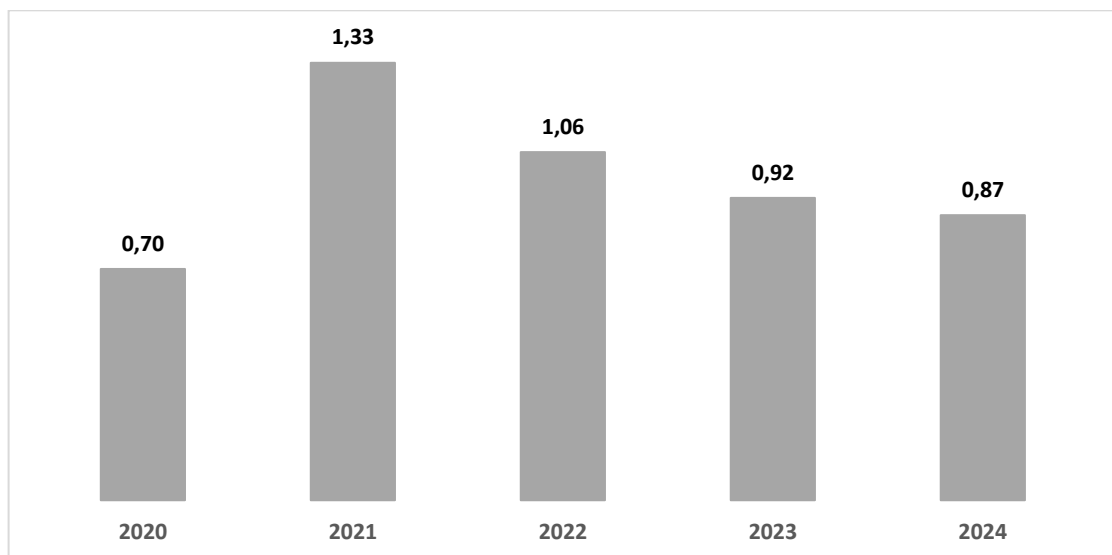
Gráfico 6 – PMRV, PMRE e Ciclo Operacional (Em dias)



Fonte: Elaboração própria (2026)

Complementarmente ao indicador PMRE, por meio da análise do Giro do Estoque, pode-se dizer que o estoque da empresa levou mais de um ano para se renovar em 2020, 2023 e 2024, conforme o gráfico 7.

Gráfico 7 – Giro do Estoque (Anual)



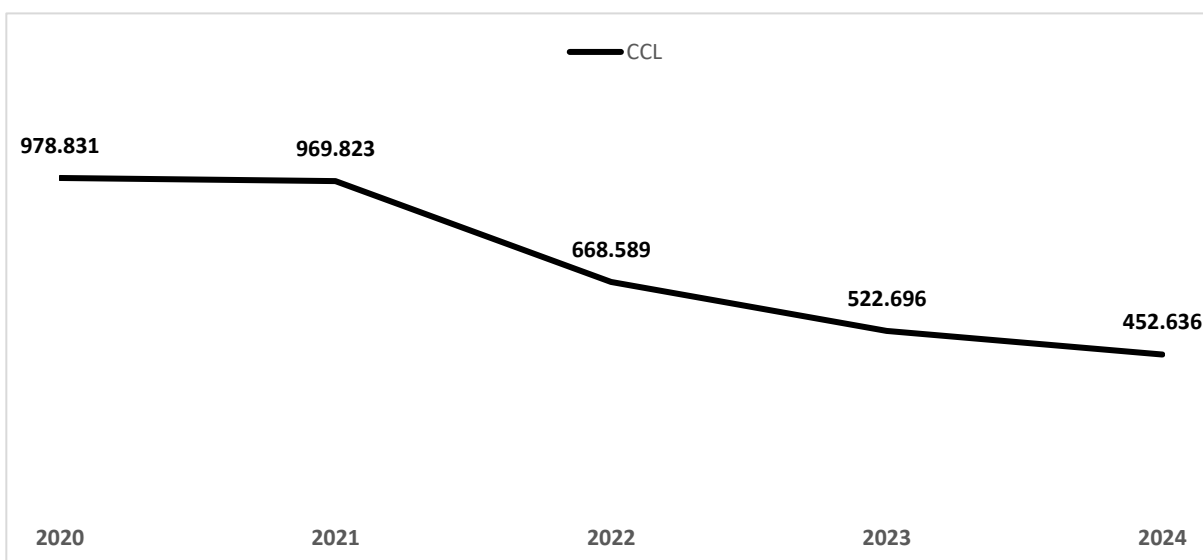
Fonte: Elaboração própria (2026)

4.2.5 ANÁLISE DO CAPITAL DE GIRO

O modelo tradicional de análise de capital de giro se dá, principalmente, pela observação dos indicadores de Liquidez e dos indicadores de atividade. Dentre os

indicadores de liquidez, pode-se citar, especialmente o Capital Circulante Líquido, dado pela diferença entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante (CCL). Um CCL positivo indica folga financeira e mostra que parte dos investimentos de curto prazo são financiados por recursos de longo prazo. No contexto da empresa analisada, o CCL apresentou o comportamento demonstrado no gráfico 8.

Gráfico 8 – Capital Circulante Líquido



Fonte: Elaboração própria (2026)

Os resultados do indicador revelam que a empresa possui folga financeira e que os recursos de curto prazo também são financiados por recursos de longo prazo, neste caso, Patrimônio líquido. Nesse sentido, analisando-se o CCL de forma conjunta ao indicador de Endividamento Geral, é possível observar que a maior parte do Ativo Circulante é financiada pelo PL, o que pode ser entendido como algo positivo, uma vez que o Patrimônio Líquido possui caráter permanente e não oneroso, o que permite que a empresa possua um prazo maior para honrar com suas obrigações ao passo que consegue financiar sua operação.

A folga financeira da empresa colabora para sua sobrevivência e crescimento (VIEIRA, 2008). No entanto, também existem riscos associados ao Capital de Circulante Líquido que podem ser foco de observação das pessoas participantes da gestão da empresa, a exemplo do custo de oportunidade do dinheiro investido em giro. Nesse sentido, pode-se identificar o montante de capital de giro necessário às operações da empresa.

Essa estimativa pode ser realizada por meio do cálculo da Necessidade de Capital em Giro, no Modelo Dinâmico, que reclassifica as contas do Balanço Patrimonial, a fim de compreender a realidade dinâmica das organizações, conforme a tabela 7 (MARQUES; BRAGA, 1995).

Tabela 7 – Modelo Dinâmico

Descrição	2020	2021	2022	2023	2024
ATIVO TOTAL	1.593.935,90d	1.705.456,89d	1.417.156,28d	1.456.976,04d	1.386.535,31d
ATIVO OPERACIONAL	993.091,17d	1.214.535,42d	1.049.144,41d	906.608,60d	872.196,51d
ATIVO FINANCEIRO	288.207,03d	147.275,74d	32.630,11d	69.092,59d	38.279,32d
ATIVO PERMANENTE	312.637,70d	343.645,73d	335.381,76d	481.274,85d	476.059,48d
PASSIVO TOTAL	1.593.935,90c	1.705.456,89c	1.417.156,28c	1.456.976,04c	1.386.535,31c
PASSIVO OPERACIONAL	91.037,53c	230.842,10c	127.507,94c	156.779,42c	176.076,83c
PASSIVO FINANCEIRO	211.430,12c	161.145,63c	285.677,16c	296.225,44c	281.762,83c
PASSIVO PERMANENTE	1.291.468,25c	1.313.469,16c	1.003.971,18c	1.003.971,18c	928.695,65c

Fonte: Elaboração própria (2026)

No Modelo Dinâmico, as contas operacionais são compostas de valores relacionados a operação. As contas financeiras, por sua vez, não possuem um vínculo direto com a operação e as contas permanentes consistem em valores tipicamente enquadrados no Ativo ou Passivo Não Circulante (ASSAF NETO, 2012).

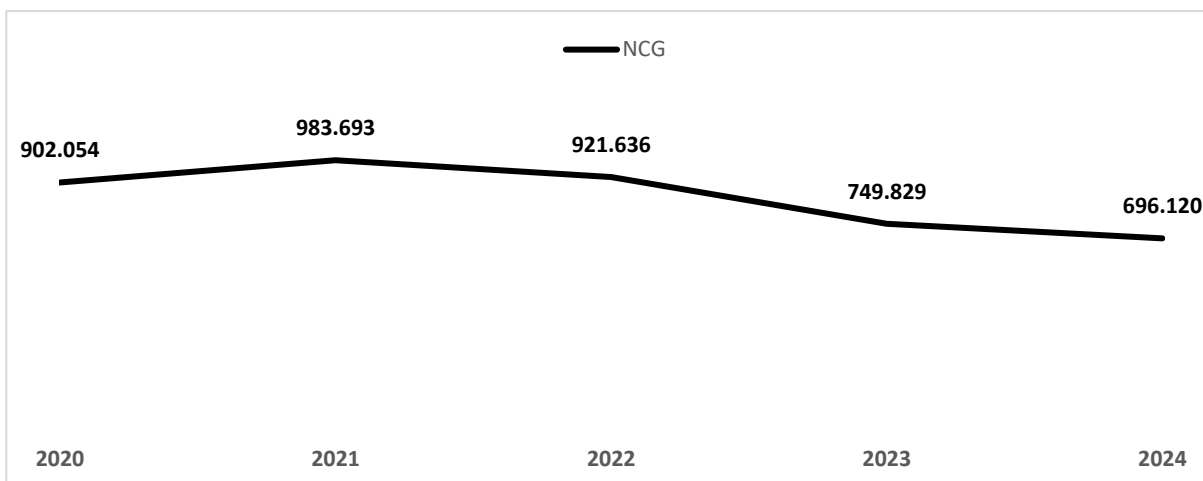
Neste modelo, o cálculo do Capital de Giro (CDG) se dá por meio da subtração entre Passivo Permanente e Ativo Permanente e apresenta o mesmo valor que o CCL, embora sua representação seja diferente devido às variáveis utilizadas nas fórmulas (MARQUES; BRAGA, 1995). Isso porque o CCL indica a folga financeira da empresa e o CDG pode ser analisado como sendo o quanto dos recursos de longo prazo estão financiando os ativos de curto prazo.

4.2.6 NECESSIDADE DE CAPITAL DE GIRO

A partir da reclassificação das contas é possível calcular os indicadores do Modelo Dinâmico. Desse modo, a Necessidade de Capital de Giro, pode ser uma estimativa para o montante de capital de giro adequado às operações da empresa. O

indicador NCG pode ser calculado pela diferença entre o Ativo Operacional e o Passivo Operacional e apresentou os resultados do gráfico 9.

Gráfico 9 – Necessidade de Capital de Giro

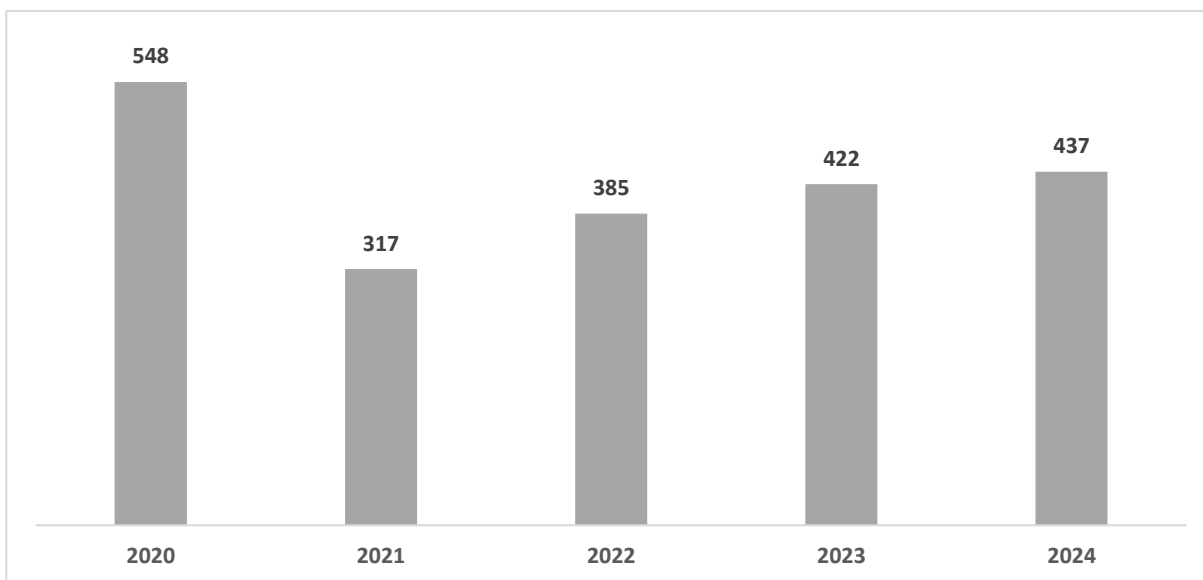


Fonte: Elaboração própria (2026)

Como observado, a NCG apresentou sinal positivo em todo o período, isto significa que a empresa precisou de recursos adicionais para realizar o financiamento de suas operações. Isto porque o Ativo Operacional é representado, principalmente, pelas quantias atreladas a Estoques e Duplicatas a receber e o Passivo Operacional é composto majoritariamente por Fornecedores. Ou seja, neste caso em específico, a empresa precisa pagar suas compras antes de receber suas vendas, pois do contrário o Passivo Operacional seria maior que o Ativo Operacional, indicando que a empresa opera com o financiamento dos fornecedores.

Essa relação pode se mostrar mais clara ao utilizar-se de análises que levam em consideração os indicadores de prazos médios. Pode-se dizer que o ciclo financeiro representa a Necessidade de Capital de Giro em termos de dias, tendo em vista que o Ciclo financeiro mede o número de dias em que a empresa precisa financiar sua operação. Nesse sentido, destaca-se que quanto maior o Ciclo financeiro, maior a necessidade de se investir em capital de giro e, na empresa analisada, tem-se por estimativa, na maioria dos anos observados, que a empresa precisou de investimento em capital de giro correspondente a mais de um ano de sua operação, com exceção de 2021, como demonstrado no gráfico abaixo.

Gráfico 10 – Ciclo Financeiro



Fonte: Elaboração própria (2026)

Em complemento com a NCG, o PMRV foi menor que o PMPC em alguns momentos e mesmo assim a empresa teve necessidade de capital de giro em todos os anos, indicando, mais uma vez, que o prazo médio de renovação de estoques tem sido um dos maiores determinantes na necessidade de financiamento de capital de giro da empresa, demonstrando que a empresa adquiriu estoques, mas esse dinheiro ainda não retornou e leva, em média, com base no período analisado, mais de 380 dias para entrar no caixa da empresa novamente, prazo no qual a empresa deve buscar formas de financiar seu capital de giro para que possa continuar operando.

4.2.7 SALDO EM TESOURARIA

Dado que o CDG indica o montante de recursos permanentes financiando o curto prazo e a NCG se trata do valor total necessário para as operações da empresa, a diferença entre eles representa se a empresa consegue financiar sua operação somente com recursos permanentes ou se precisa recorrer a financiamentos de curto prazo. Trata-se do indicador de Saldo em Tesouraria (T), representado pela fórmula 1.

(1)

$$T = CDG - NCG$$

Assim, T será negativo sempre que a Necessidade de Capital de Giro for maior do que o valor que a empresa efetivamente dispõe de Capital de Giro. No estudo em

questão, T foi positivo apenas no primeiro período, indicando que a empresa teve que recorrer a financiamento de curto prazo na maior parte do tempo. Esse financiamento pode ser observado por meio da conta de empréstimos, no Passivo Circulante. Esses resultados estão apresentados na tabela 8.

Tabela 8 – Empréstimos, Despesas financeiras e Saldo de tesouraria

Indicador	Fonte	2020	2021	2022	2023	2024
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	BP	-211.430	-161.146	-285.677	-296.225	-281.763
DESPESAS BANCARIAS	DRE	-6.371	-8.132	-15.535	-15.094	-30.022
JUROS	DRE	0	0	-79	-9.592	-36.631
SALDO EM TESOURARIA	Modelo Dinâmico	76.777	-13.870	-253.047	-227.133	-243.484

Fonte: Elaboração própria (2026)

Por consequência, os empréstimos de curto prazo podem consumir uma parcela maior do resultado devido aos juros associados a dívida, que terão que ser pagos com maior velocidade, na medida em que a empresa gera caixa com sua operação. Nesse sentido, pode-se dizer que, embora a empresa tenha apresentado índices de Liquidez Corrente que demonstram que a empresa possui a capacidade de honrar com seus compromissos, além de uma rentabilidade positiva e lucros disponíveis na conta de Lucros acumulados, durante todo o período, o saldo de tesouraria, mesmo assim apresentou valores negativos, o que parece ser contraditório, uma vez que a empresa sempre apresentou CCL positivo. Isso ressalta a importância de se utilizar o modelo dinâmico, pois permite uma análise que considera as necessidades de se financiar os ativos circulantes operacionais, que estão relacionados a operação da empresa (ASAFF NETO, 2012). Pode-se inferir que os lucros foram destinados, preponderantemente, a conta de estoques, de forma que isso pode ser um dos motivos que explicam um saldo em tesouraria negativo. Pois o que aparenta ocorrer é: a empresa gera lucros, tais lucros são destinados aos estoques, que por sua vez não são vendidos rapidamente e cujo capital não retorna a empresa de forma rápida, prolongando o Prazo Médio de Renovação de Estoques que culmina no aumento do Ciclo Financeiro, gerando uma maior Necessidade de Capital de Giro, que a empresa não consegue financiar com o caixa gerado, pois já destinou grande parte do valor a conta de estoques, o que, por sua vez, faz com que

ela tenha que recorrer a fontes de financiamento de curto prazo. A exemplo disso, 2022 foi o ano em que a empresa apresentou maior rentabilidade, e justamente neste período, houve uma redução de 46% na conta de Compra de mercadorias, que pode ser observada pela análise horizontal. Comparativamente, o Resultado Bruto, neste ano, foi maior que o de 2021, ano que a empresa obteve a maior Receita Líquida, mas que também utilizou mais recursos para a Compra de Mercadorias, conforme apresentado na tabela 11.

Tabela 9 – Resultado Bruto: comparativo entre 2021 e 2022

Descrição	2021	2022	AH
RECEITA LÍQUIDA	1.955.503	1.741.839	-11%
CMV	-1.258.378	-860.576	-32%
ESTOQUE INICIAL DE MERCADORIAS	-852.672	-946.438	11%
COMPRA DE MERCADORIAS	-1.352.145	-727.618	-46%
ESTOQUE FINAL DE MERCADORIAS	946.438	813.481	-14%
RESULTADO BRUTO	697.125	881.263	26%

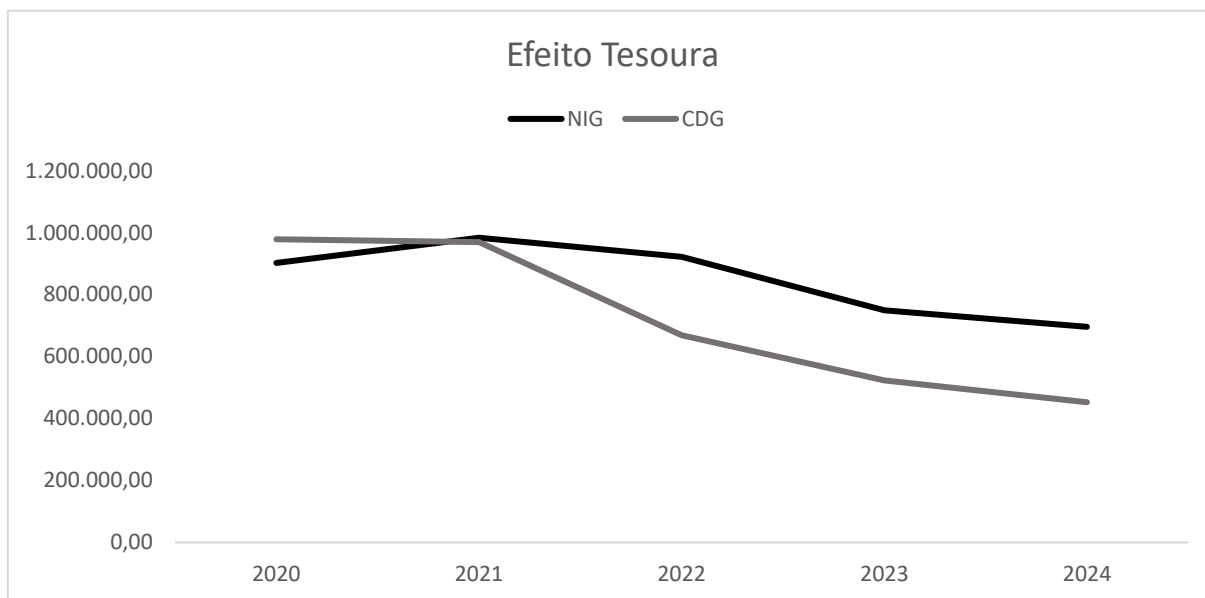
Fonte: Elaboração própria (2026)

No que se refere ao Custo de Mercadoria Vendida, buscou-se uma explicação junto a empresa a respeito dos motivos que culminaram em sua diminuição. Assim, a redução do CMV pode ser explicada pela influência de um consultor financeiro, que atuava na empresa no período e que alertava a gestão a respeito da compra de estoques desnecessários.

4.2.8 EFEITO TESOURA

Dada a análise dos indicadores, é possível verificar a ocorrência do Efeito Tesoura, caracterizado pelo crescimento da Necessidade de Capital de Giro em níveis superiores às taxas de crescimento do Capital de Giro líquido, provocando a deterioração progressiva do Saldo em Tesouraria. Esse efeito ocorre na empresa analisa, conforme demonstrado no gráfico a seguir:

Gráfico 11 – Efeito Tesoura



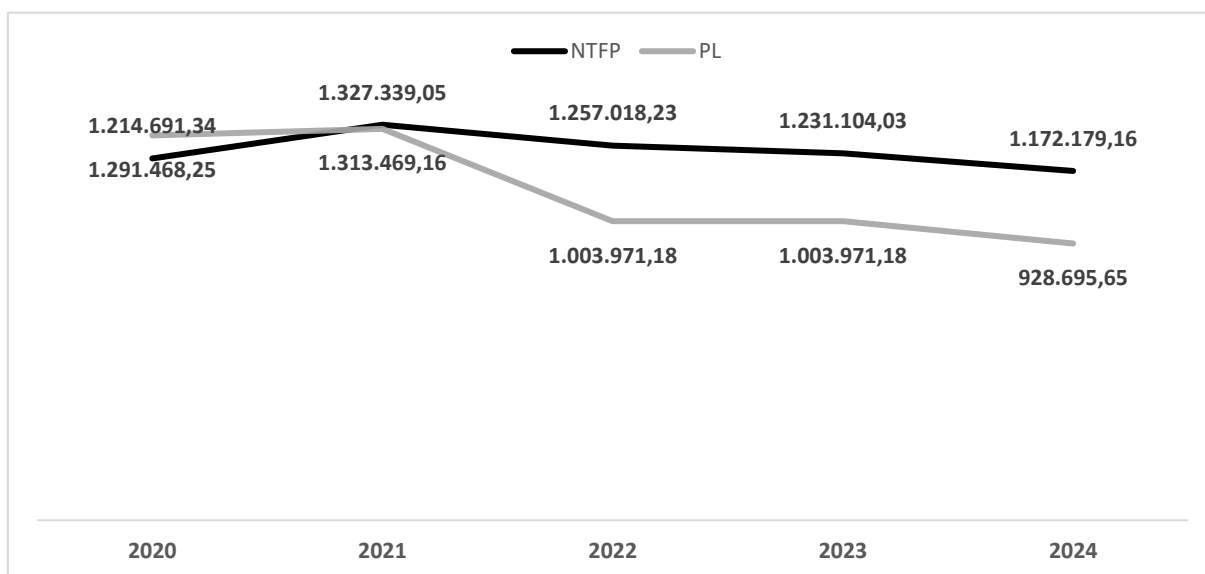
Fonte: Elaboração própria (2026)

O Efeito Tesoura tem por consequência a maior demanda por financiamento de curto prazo, e pode ser justificado pela situação insatisfatória da empresa, de acordo com o Modelo Dinâmico, gerando a corrosão das margens de lucro da empresa e colaborando para que, cada vez mais, a empresa tenha que pagar dívidas de curto prazo ao invés de utilizar o caixa gerado para financiamento da operação ou na aplicação em outros Ativos (MARQUES; BRAGA, 1995). O detalhe é que existe o risco de que isso se torne um ciclo, em que a empresa sempre precisa de recursos e estes são utilizados para pagar dívidas, fazendo com que a empresa passe a ter uma rentabilidade cada vez menor, podendo culminar em situações de grande insolvência.

4.2.9 NECESSIDADE TOTAL DE FINANCIAMENTO PERMANENTE

Outro indicador que complementa a análise é a Necessidade Total de Financiamento Permanente (NTFP), pois permite a identificação de quanto a empresa utiliza de passivo circulante financeiro para financiar o capital de giro. Na maior parte do período analisado, a NTFP foi superior ao total de recursos de longo prazo. Isso indica que parte de sua necessidade permanente foi financiada pelo passivo circulante financeiro. O gráfico 12 evidencia o comparativo da comparação entre NTFP e os recursos de longo prazo, cuja composição refere-se ao Patrimônio Líquido.

Gráfico 12 – Comparativo entre NTFP e PL



Fonte: Elaboração própria (2026)

4.2.10 DESAFIOS IDENTIFICADOS

Por meio da análise dos indicadores foi possível identificar que a aparente capacidade de honrar compromissos demonstrada pelos indicadores de Liquidez Corrente e Geral, e pelo CCL, além da rentabilidade positiva indicada pelo ROE e ROA, na maior parte do período, não se traduziram, necessariamente, em folga financeira. A princípio, a empresa aparentou ter recursos de sobra para financiar suas atividades.

No entanto, a partir da análise dos indicadores de Prazos Médios e Atividade, mais especificamente do PMRE, Giro do Estoque e Ciclo Financeiro, pode-se dizer que a empresa possui estoques excessivos, como indicado pelo indicador de Liquidez Seca. Nesse sentido, mesmo que a empresa tenha se financiado preponderantemente por meio de um capital de menor risco, a gestão de estoques promoveu uma necessidade de capital de giro sempre positiva que levou a empresa a tomar recursos de curto prazo e de maior onerosidade, ou seja, apesar de o PMRV ter sido mais alto do que o PMPC em determinados anos, a baixa rotatividade dos estoques impediu a empresa de alcançar rentabilidade maiores, à medida em que a empresa já possuía estoques parados e ainda assim efetuou compras no exercício seguinte.

Assim, os desafios percebidos estiveram relacionados à empresa não ter se utilizado de algumas de suas vantagens competitivas, quando elas ocorreram, foram elas: utilização de capital não oneroso e de menor risco; sobra de recursos financeiros, representada pelo Capital Circulante Líquido; prazo para pagamento de fornecedores maiores, em alguns anos, do que prazo de recebimento de vendas; e indicadores de rentabilidade positivos na maior parte do período. Todos esses fatores contribuem para a promoção de maiores retornos, mas devido à alta concentração de estoques, não corresponderam ao financiamento do capital de giro com maior folga financeira.

Isto posto, sugere-se que a empresa busque alternativas que visem aumentar o Giro do Estoque, tais como adoção do modelo de Lote Econômico, que busca auxiliar na realização de pedidos em quantidades que minimizem os custos, e a Abordagem de Revisões Periódicas, que ajuda na identificação do momento adequado para realização de novos pedidos (SLACK *et al.*, 1997). Essas medidas colaboram para uma aquisição e manutenção de níveis de estoques que levam em consideração a demanda, como formas de minimizar os custos associados aos estoques. Assim, o mapeamento das causas que motivam uma ineficiente gestão de estoques, no contexto das MPEs, é uma sugestão para próximos estudos.

Além de melhorar a gestão de estoques, outro desafio encontrado foi o volume de empréstimos de curto prazo, sugere-se que a empresa opte por adquirir empréstimos, quando estes forem necessários para financiar a operação, no longo prazo e não no curto prazo, sendo cabível a tentativa de renegociação de prazos de pagamentos dos empréstimos de curto prazo. E sob esse viés de atentar-se aos prazos, outro desafio pertinente seria buscar a manutenção de Prazos Médios de Recebimentos de Vendas sempre inferiores aos Prazos Médios de Pagamento de Compras, a fim de que a empresa minimize sua Necessidade de Capital de Giro, pois um período maior poderia estar sendo financiado pelos fornecedores, contribuindo para a preservação do caixa gerado pelas operações.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se tratou de uma tentativa de mapear desafios enfrentados por uma Empresa de Pequeno Porte brasileira, no que se refere à gestão do capital de giro, de forma a colaborar com a elaboração de ações que visem garantir a manutenção e o crescimento dessas empresas no Brasil, que contribuem com a inovação e geração de empregos (PEDRAZA, 2021). Os objetivos de pesquisa estiveram relacionados a identificar os desafios enfrentados por uma Empresa de Pequeno Porte na gestão do capital de giro, por meio do modelo tradicional e do modelo dinâmico de análise financeira, ao passo em que ocorre a contextualização do leitor no que se refere aos conceitos necessários para compreensão do cenário macroeconômico em que a empresa se encontra e das análises dos indicadores abordados.

Os principais desafios encontrados foram: a necessidade de se melhorar a gestão de estoques para, dentre outros objetivos, reduzir a Necessidade de Capital de Giro; a necessidade de se priorizar a adesão de empréstimos de longo prazo para financiar as operações; e, por fim, a busca de uma boa gestão da política de crédito, visando garantir que o PMRV seja menor que o PMPC, o que impacta, também, na Necessidade de Capital de Giro.

Dentre as limitações do estudo pode-se citar o fato de ter sido analisada apenas uma empresa em específico, de modo que é sugerida a elaboração de futuros estudos que possibilitem comparações setoriais e uma maior compreensão dos principais desafios enfrentados por Micro ou Pequenas Empresas, que possuem grande volume na economia brasileira, como discutido neste trabalho.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Administração do Capital de Giro**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços**: um enfoque econômico-financeiro. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BRASIL. **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte [...]. Brasília (DF): Presidência da República, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm. Acesso em: 26 out. 2025.

BRIGHAM, Eugene F.; EHRHARDT, Michael C. **Administração Financeira: Teoria e Prática**. 10. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2006/2009.

CAVALCANTI, Joyce Mariella Medeiros; LONGHIN, Tatielle Menolli. Modelo dinâmico e modelo tradicional para avaliação do capital de giro: um estudo de caso das empresas do setor de siderurgia listadas na BM&Fbovespa durante o período de 2010 a 2014. **Revista de Administração de Roraima-UFRR**, Boa Vista, v. 6, n. 1, p. 90-113, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://revista.ufrr.br/index.php/adminrr/>. Acesso em: 9 dez. 2025.

COMITÊ GESTOR DO SIMPLES NACIONAL. Resolução CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, edição 98, p. 20, 24 maio 2018. Disponível em: <https://normasinternet2.receita.fazenda.gov.br/#/consulta/externa/92278>. Acesso em: 26 out. 2026.

FERREIRA, Calebe da Costa *et al.* Gestão de capital de giro: contribuição para as micro e pequenas empresas no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 863–884, maio/jun. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/63XdKH7Q58W7xbVMsnVgLCB/?lang=pt>. Acesso em: 26 out. 2025.

FREITAS, Daniela Rodrigues Franco de *et al.* Fatores de sucesso e desafios à sobrevivência de micro e pequenas empresas: um estudo na cidade de Ituiutaba-MG. **Revista da Micro e Pequena Empresa (RMPE)**, Campo Limpo Paulista, SP, v. 16, n. 1, p. 82-95, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://www.cc.faccamp.br/ojs-2.4.8-2/index.php/RMPE/article/view/1574>. Acesso em: 9 dez. 2025.

GARCIA, Fabiane Tubino *et al.* *Mortality risk factors in micro and small businesses: systematic literature review and research agenda*. **Sustainability**, v. 14, n. 2725, p. 1–37, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su14052725>.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GITMAN, Lawrence Jeffrey. **Princípios de administração financeira**. 12. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2010. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 26 out. 2025.

MACEDO, Jéssyca Fontenele; MONTEIRO, Ricardo Aladim. Reforma tributária: possíveis impactos para a micro e pequena empresa do Simples Nacional. **REASE – Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 9, e15806, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v10i9.15806>. Acesso em: 26 out. 2025.

MARQUES, José Augusto Veiga da Costa; BRAGA, Roberto. Análise dinâmica do capital de giro: o modelo Fleuriet. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, maio/jun. 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-75901995000300007>. Acesso em: 17 jun. 2026.

MATARAZZO, D. C. **Análise Financeira de Balanços**: Abordagem Gerencial. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MENDES, Wagner; GARCIA, Edino Ribeiro. **Regimes de tributação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 22 nov. 2025.

MENDOÇA, Vinícius. **Manual de gestão jurídica de micro e pequenas empresas**. Indaiatuba, SP: Foco, 2024. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 04 dez 2025.

Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. **Boletim do Mapa de Empresas**: 3º quadrimestre de 2024. Brasília, DF, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/mapa-de-empresas/boletins/boletim-do-mapa-de-empresas-3o-quad-2024.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2026.

MODRO, Wilton Moisés; FAMÁ, Rubens; PETROKAS, Leandro Augusto. Modelo tradicional x modelo dinâmico de análise do capital de giro: um estudo comparativo entre duas empresas de mesmo setor com diferentes performances financeiras. **FACEF Pesquisa: Desenvolvimento e Gestão**, Franca, SP, v. 15, n. 1, p. 90-106, jan./abr. 2012. Disponível em: <http://periodicos.unifacef.com.br/index.php/facefpesquisa/article/viewFile/537>. Acesso em: 9 dez. 2025.

NEVES, Marcus Louriçal; CRUZ, Poliano Bastos da; LOCATELLI, Octavio. Fatores que influenciam a sobrevivência das micro e pequenas empresas no Brasil. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 25, n. 1, p. 1–28, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-6971/eRAMC240073.pt>. Acesso em: 26 out. 2025.

OLIVEIRA, Paloma Lopes; ALVES, Raquel Aparecida; CAMPOS, Gevair. Uma pesquisa sobre os fatores limitantes da gestão do capital de giro em micro e pequenas empresas na cidade de Arinos-MG. **Revista de Empreendedorismo, Negócios e Inovação**, São Bernardo do Campo, SP, v. 9, n. 1, p. 43-56, 2024. DOI: 10.36942/reni.v9i1.840. Disponível em: <https://periodicos.ufabc.edu.br/index.php/reni/article/view/840>. Acesso em: 9 dez. 2025.

PAES, Nelson Leitão. Simples Nacional no Brasil: o difícil balanço entre estímulos às pequenas empresas e aos gastos tributários. **Nova Economia**, Belo Horizonte, MG, v. 24, n. 3, p. 541-554, set./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/neco/a/m9QcrPVXVKSLWnDjcRmY3qf/>. Acesso em: 03 dez. 2025.

PEDRAZA, Jorge Morales. *The Micro, Small, and Medium-Sized Enterprises and Its Role in the Economic Development of a Country*. **Business and Management Research**, v. 10, n. 1, p. 1–33, 2021. DOI:10.5430/bmr.v10n1p33. Disponível em: <https://www.sciedupress.com/journal/index.php/bmr/article/view/20114>. Acesso em: 03 dez. 2025.

Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. **Lucro real, lucro presumido e lucro arbitrado**. Brasília: PGFN, 21 ago. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/pgfn/pt-br/cidadania-tributaria/por-assunto/irpj-csll/lucro-real-lucro-presumido-e-lucro-arbitrado>. Acesso em: 04 dez. 2025.

RAMOS, Raquel Souza; SANTOS, Josete Florencio dos; VASCONCELOS, Adriana Fernandes de. A gestão dinâmica do capital de giro na indústria de confecções de Pernambuco. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, SC, v. 13, n. 4, p. 84-103, out./dez. 2017. Disponível em: <https://ojsrevista.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/6098>. Acesso em: 9 dez. 2025.

Receita Federal do Brasil. **Comprovante de inscrição e de situação cadastral no CNPJ**. Disponível em: https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Comprovante.asp. Acesso em: 3 abr. 2026.

Receita Federal. **Receita Federal abrirá opção pelo Simples Nacional em janeiro**. Brasília, DF: 27 dez. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/noticias/2024/dezembro/receita-federal-abrira-opcao-pelo-simples-nacional-em-janeiro>. Acesso em: 27 jun. 2026.

Receita Federal do Brasil. **Simples Nacional**: estatísticas de optantes do Simples Nacional e SIMEI. Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em: <https://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/ConteudoApoio/Arrecadacao/EstatisticasArrecadacao.aspx>. Acesso em: 12 jun. 2026.

ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph W.; JAFFE, Jeffrey F.
Administração Financeira. 8. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2011.

SANTANA, Gustavo de Almeida Bretones; CASTRO, Aline Carvalho de; VALE, Najla Kauara Alves do. Simples Nacional: reflexos nas empresas optantes, arrecadação tributária e emprego. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, São José dos Pinhais, PR, v. 17, n. 12, p. 01–21, 2024. DOI: 10.55905/revconv.17n.12-082. Acesso em: 26 out. 2025.

SANTOS, Plinio Santana; SOUZA, Antônio Artur de; MARTUCHELI, Camila Teresa. Modelo dinâmico em clínica odontológica de pequeno porte: um estudo de caso. *In*: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 23, 2020, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: FEA/USP, 2020. Disponível em:
https://login.semead.com.br/23semead/anais/download.php?cod_trabalho=2461. Acesso em: 7 dez. 2025.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **A taxa de sobrevivência das empresas no Brasil**. Sebrae – Portal Conteúdos, 29 mar. 2023. Disponível em:
<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/a-taxa-de-sobrevivencia-das-empresas-no-brasil,d5147a3a415f5810VgnVCM1000001b00320aRCRD>. Acesso em: 03 dez. 2025.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). Atualização de estudo sobre participação das Micro e Pequenas Empresas no PIB e Produtividade. SEBRAE, 2025. Apresentação.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **DataSebrae Indicadores**: economia, 2026. Disponível em:
<https://datasebraeindicadores.sebrae.com.br/resources/sites/data-sebrae/data-sebrae.html#/Economia>. Acesso em: 30 mar. 2026.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Panorama do emprego nas micro e pequenas empresas**: 2022. SEBRAE, 2025. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2025/03/Relatorio-tecnico-Panorama-do-Emprego-nas-MPE-2022.pdf> Acesso em: 30 mar. 2026.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Pequenos negócios dominaram criação de empregos em 2024**. Agência Sebrae de Notícias, 31 jan. 2025. Disponível em:
<https://agenciasebrae.com.br/dados/pequenos-negocios-dominaram-criacao-de-empregos-em-2024/>. Acesso em: 13 jun. 2026

SILVA, Marcus Vilela da *et al.* Um estudo sobre a gestão do capital de giro nas micro e pequenas fundições da cidade de Cláudio. **Research, Society and Development**,

[S. I.], v. 8, n. 11, e318111476, 2019. Disponível em:
<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/1476/1162>. Acesso em: 9 dez. 2025.

SILVA, Sabrina Espinele da et al. Determinantes da necessidade de capital de giro e do ciclo financeiro das empresas brasileiras listadas na B3. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, SC, v. 18, p. 1-17, 2019. DOI: 10.16930/2237-766220192842. Disponível em:
<https://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/2842/2123>. Acesso em: 7 dez. 2025.

SILVA, Valdilene Gonçalves Machado; FONSECA, Felipe Zenith; BITARAIS, Erika Andrade. Um estudo sobre a administração do capital de giro nas micro e pequenas indústrias de fundição de Divinópolis, MG. **Research, Society and Development**, v. 7, n. 3, p. 01-14, e773151, 2018. Disponível em:
<https://rsdjournal.org/rsd/article/view/246/176>. Acesso em: 8 dez. 2025.

SLACK, N. *et al.* **Administração da Produção**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

VARGA, János. *Defining the economic role and benefits of micro, small and medium-sized enterprises in the 21st century with a systematic review of the literature*. **Acta Polytechnica Hungarica**, v. 18, n. 11, p. 209–229, 2021. Disponível em:
https://www.epa.hu/02400/02461/00116/pdf/EPA02461_acta_polytechnica_2021_11_209-228.pdf. Acesso em: 15 out. 2025.

VICENTE, Eduarda da Silva; BRITES, Valéria de Oliveira. Simples Nacional: uma abordagem da produção científica. **Cadernos de Negócios**, Teresópolis, RJ, v. 3, n. 1, p. 1–15, 2022. Disponível em:
<https://revista.unifeso.edu.br/index.php/cadernosdenegocios/article/view/3672>. Acesso em: 26 out. 2025.

WESTON, J. F.; BRIGHAM, E. F. **Fundamentos da administração financeira**. 10. ed. São Paulo: Makron Books / Pearson Education do Brasil, 2000.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia da pesquisa**. Florianópolis: SEaD/UFSC, 2006.

APÊNDICE A – BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	2020	2021	2022	2023	2024
ATIVO	1.593.935,90d	1.705.456,89d	1.417.156,28d	1.456.976,04d	1.386.535,31d
ATIVO CIRCULANTE	1.281.298,20d	1.361.811,16d	1.081.774,52d	975.701,19d	910.475,83d
DISPONÍVEL	288.207,03d	147.275,74d	32.630,11d	69.092,59d	38.279,32d
CLIENTES	126.882,94d	268.096,93d	235.663,32d	125.967,27d	76.469,74d
OUTROS CRÉDITOS	13.536,54d	0,00	0,00	0,00	5.410,49d
ESTOQUE	852.671,69d	946.438,49d	813.481,09d	780.641,33d	790.316,28d
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	312.637,70d	343.645,73d	335.381,76d	481.274,85d	476.059,48d
IMOBILIZADO	312.637,70d	343.645,73d	335.381,76d	481.274,85d	476.059,48d
PASSIVO	1.593.935,90c	1.705.456,89c	1.417.156,28c	1.456.976,04c	1.386.535,31c
PASSIVO CIRCULANTE	302.467,65c	391.987,73c	413.185,10c	453.004,86c	457.839,66c
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	211.430,12c	161.145,63c	285.677,16c	296.225,44c	281.762,83c
FORNECEDORES	47.639,14c	178.862,62c	72.897,94c	87.356,08c	98.434,93c
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	7.116,73c	17.057,99c	10.789,21c	9.305,72c	7.048,13c
OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA	36.281,66c	34.921,49c	43.820,79c	60.117,62c	70.593,77c
OUTRAS OBRIGAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.291.468,25c	1.313.469,16c	1.003.971,18c	1.003.971,18c	928.695,65c
CAPITAL SOCIAL	80.000,00c	80.000,00c	80.000,00c	80.000,00c	80.000,00c
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	1.211.468,25c	1.233.469,16c	923.971,18c	923.971,18c	848.695,65c

APÊNDICE B – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO

Descrição	2020	2021	2022	2023	2024
RECEITA BRUTA	1.267.359	2.094.728	1.879.051	1.504.696	1.259.269
VENDA DE MERCADORIAS	1.214.549	1.982.341	1713318,54	1351573,28	1.116.409
RECEITA C/SERVIÇOS PRESTADOS	52.810	112.387	165732,46	153122,42	142.860
DEDUÇÕES	-86.713	-139.225	-137212,00	-105031,02	-87.046
(-) DEVOLUÇÃO DE VENDA DE MERCADORIAS	0	-6.090	-38,70	-763,40	0
(-) ISS	-503	-1.819	-2119,57	-1208,41	-1.161
(-) SIMPLES NACIONAL	-86.210	-131.316	-135053,73	-103059,21	-85.885
(-) SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA	0	0	0,00	0,00	0
RECEITA LÍQUIDA	1180646,14	1955502,69	1741839,00	1399664,68	1172223,24
CMV	-599145,71	-1258377,93	-860575,80	-717278,03	-684594,40
ESTOQUE INICIAL DE MERCADORIAS	-703934,29	-852671,69	-946438,49	-813481,09	-780641,33
COMPRA DE MERCADORIAS	-747.883	-1.352.145	-727.618	-684.438	-694.269
ESTOQUE FINAL DE MERCADORIAS	852671,69	946438,49	813481,09	780641,33	790316,28
RESULTADO BRUTO	581500,43	697124,76	881263,20	682386,65	487628,84
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-389937,31	-433249,44	-451043,97	-449408,98	-506560,74
SALÁRIOS E ORDENADOS	-168340,32	-157318,08	-193442,33	-188895,73	-182326,40
PERICULOSIDADE	-4444,78	-3267,89	-1343,99	-2673,72	0,00
13º SALÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FGTS	-16475,10	-23513,85	-18719,31	-25614,83	-18755,34
ASSISTÊNCIA MÉDICA E SOCIAL	-14186,99	-38239,55	-18677,93	-16186,00	-45578,24
PROVISAO DE FERIAS + ENCARGOS	-25810,90	-23077,17	-25518,09	-30750,82	-47809,32
PROVISAO DE 13º SALÁRIO + ENCARGOS	-25024,91	-15228,28	-18416,47	-20928,99	-31269,29
ENERGIA ELÉTRICA	-7905,54	-7783,28	-5944,31	-6461,71	-9097,80
ÁGUA E ESGOTO	-2554,19	-2855,52	-3217,61	-3075,24	-3494,15
TELEFONE/ INTERNET	-3144,74	-3690,99	-7396,44	-5115,91	-4189,67
PRO-LABORE SEGUROS	-25069,48	-26400,00	-29087,68	-31534,96	-33889,68
	-6194,62	-7795,56	-2461,43	-9126,70	-2393,00

Descrição	2020	2021	2022	2023	2024
MATERIAL DE HIGIENE /LIMPEZA/ CONSUMO	-10085,82	-25516,76	-7575,28	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA CONTÁBIL	-12385,00	-11926,00	-15475,00	-15563,00	-15348,00
SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	0,00	0,00	-4997,76	-195,06	-10462,30
ALUGUEL DE IMOVEIS	-50430,66	-64705,00	-74074,29	-72709,52	-84973,66
SERVIÇOS DE INFORMATICA	-12703,82	-12061,33	-14066,16	-12469,88	-11758,52
DESPESA C/VEICULO	0,00	-350,00	0,00	0,00	0,00
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	-3960,84	-8263,97	-8263,97	-8106,91	-5215,37
REFORMAS / MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES	0,00	0,00	-1700,00	0,00	0,00
LICITAÇÕES	-1219,60	-1215,92	-665,92	0,00	0,00
DESPESAS DIVERSAS	0,00	-40,29	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS	2827,99	-17815,60	-3722,58	-4482,54	10309,83
REVERSAO DE PROVISAO DE FERIAS + ENCARGOS	1278,96	1884,08	724,48	0,00	12209,74
REVERSAO DE PROVISAO 13º SALÁRIO + ENCARGOS	7881,29	0,00	653,75	0,00	0,00
TFLF	-643,84	-671,07	-741,00	0,00	0,00
IPTU	0,00	-7263,45	0,00	-733,08	0,00
IPVA/TAXA LICENCIAMENTO/ DPVAT/MULTAS TRÂNSITO	-268,74	-112,40	-54,50	0,00	-897,22
TAXAS DIVERSAS	-97,13	-595,24	-35,88	-1135,07	-821,76
MULTAS DE MORA	-209,41	-667,43	-331,40	-135,04	0,00
ANTECIPAÇÃO/ SUBSTITUIÇÃO ICMS	-5416,32	-14053,98	-3938,03	-2867,85	-180,93
BONIFICAÇÃO DE MERCADORIAS	303,18	3663,89	0,00	388,50	0,00

Descrição	2020	2021	2022	2023	2024
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	194391,11	246059,72	426496,65	228495,13	-8622,07
RECEITAS FINANCEIRAS	5977,48	1858,63	20230,54	1389,67	0,00
MULTAS / JUROS	0,00	-2,38	-25,13	0,00	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	727,85	1617,73	1932,45	1389,67	0,00
RENDIMENTO DE APLICACAO FINANCEIRA	5249,63	243,28	18323,22	0,00	0,00
DESPESAS FINANCEIRAS	-6370,89	-8131,67	-15614,76	-24685,44	-66653,46
DESPESAS BANCARIAS	-6370,89	-8131,67	-15535,46	-15093,62	-30022,47
JUROS	0,00	0,00	-79,30	-9591,82	-36630,99
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	193997,70	239786,68	431112,43	205199,36	-75275,53
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	193997,70	239786,68	431112,43	205199,36	-75275,53